

“O sem abrigo vai ter o quê na sociedade? Às vezes nem um buraco para se meter tem”: A vivência da Cidadania daqueles que (sobre)vivem na rua

Daniela Medeiros Ferreira

M

2019



Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**“O SEM ABRIGO VAI TER O QUÊ NA SOCIEDADE? ÀS VEZES NEM UM
BURACO PARA SE METER TEM: A VIVÊNCIA DA CIDADANIA DAQUELES
QUE (SOBRE)VIVEM NA RUA”**

Daniela Medeiros Ferreira

Outubro 2019

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado de Psicologia,
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do
Porto, orientada pelo Professor Doutor *Miguel Cameira* (FPCEUP).

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações do autor no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, o autor declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. O autor declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Agradecimentos

Quero agradecer ao Professor Miguel Cameira por toda a orientação, dedicação e principalmente por apoiar-me e motivar-me sempre.

Aos meus participantes pelo incansável contributo e porque sem eles, a realização deste trabalho não seria possível.

À minha querida amiga Ana Filipa por ter acompanhado todo o processo e pelo seu apoio incondicional, sem ela, não teria conseguido.

À Teresa, Filipa e Bárbara pelos conselhos e palavras amigas e de motivação.

À minha família por me proporcionar a ingressão no ensino superior e acompanhar sempre o meu percurso académico

A todos os que marcaram o meu percurso, não só académico, mas na vida.

Resumo

A problemática dos sem abrigo apresenta-se nas sociedades contemporâneas como uma realidade de difícil solução. A presente investigação situa-se na senda de diversos outros estudos realizados neste domínio, em Portugal e outros países. Tais estudos privilegiam uma abordagem compreensiva e fenomenológica do fenómeno, os quais tentaram dar visibilidade ao problema como um todo para além de lançar alguma luz sobre algumas das muitas questões envolvidas no mesmo. Concretamente, neste estudo, pretende-se compreender, pela perspectiva das próprias pessoas em situação de sem abrigo, como é que estas vivem a sua cidadania, procurando perceber como é o acesso e a relação desta população com as instituições, por exemplo, no Sistema de Saúde, no Trabalho ou com as Forças Policiais. Tentou-se ainda compreender como se relacionam com a sociedade e que crenças estigmatizantes percecionam no público em geral. Finalmente, tentou-se explorar em que medida a condição de sem abrigo tem impacto no autoconceito e aprendizagens adjacentes à mesma.

Os resultados mostram que os participantes, apesar de relatarem vivências de discriminação, sentem-se parte da sociedade e são uma população com consciência crítica relativamente à sua condição, sendo que atribuem a sua condição exclusivamente a causas internas e não externas ou de ordem social. Os entrevistados realçam ainda a importância da educação, do respeito e da honestidade como valores centrais, com que tentam conduzir os seus comportamentos em geral, como forma de manterem a credibilidade e dignidade perante a restante população. No entanto, inferimos do seu discurso que não conseguem exercer em pleno a sua cidadania devido, principalmente, à falta de suporte familiar e à inexistência de habitação e trabalho regulares. Finalmente, um resultado que também pudemos observar prende-se com o facto dos entrevistados em geral se distanciarem dos seus pares, aparentando constituir uma forma de manterem a sua singularidade e não serem associados aos estereótipos existentes sobre as pessoas na mesma condição.

Palavras-chave: Sem abrigo; Cidadania; Sociedade; Discriminação

Abstract

Being homeless is presented in contemporary societies as a reality difficult to solve. The present investigation is based on several other studies conducted in Portugal and other countries, particularly those that embrace a comprehensive and phenomenological approach to the phenomenon, in order to highlight this issue as a whole, elucidating about some of the many issues addressed to this reality. Specifically, it is intended to understand, from the perspective of homeless people, how they live their citizenship, how they access and relate with institutions, for example how they access the health system, the relationship with employment and how they interact with police forces. Besides that, their relationship with society is also explored, together with the stigmatizing beliefs they feel from the community. Finally, it is also explored to what extent the homeless condition does or does not affect self-concept and consequent learnings.

The results show that, despite the discrimination perceptions, participants feel part of society and revealed a critical consciousness about their own condition and attribute this condition to internal rather than external or social causes. Respondents also highlight the importance of their education, respect and honesty towards others as core values, as they allow is to maintain their credibility and dignity from a societal point of view. Nevertheless, they cannot reach a complete sense of citizenship, mainly due to the lack of family support and the lack of regular housing and employment. Ultimately, we can also conclude that dissociating themselves from their peers appears to be a strategy to maintain their singularity and simultaneously not be associated with local stereotypes addressed to people in the same condition.

Keywords: Homeless; Citizenship; Society; Discrimination

Résumé

La problématique des sans abri se présente dans les sociétés contemporaines comme une réalité difficile à résoudre. Cette recherche est basée sur plusieurs autres études dans ce domaine. Au Portugal, les études préconisent une approche globale et phénoménologique du phénomène, qui visait à donner une visibilité au problème dans son ensemble et à éclaircir quelques-unes des nombreuses questions impliquées. Plus précisément, dans cette étude, nous entendons comprendre, du point de vue des sans-abri, comment ils vivent leur citoyenneté, en essayant de comprendre comment est l'accès et la relation de cette population avec les institutions, par exemple, dans le système de santé, au travail ou avec la police. Nous avons également essayé de comprendre leurs relations avec la société et les croyances stigmatisantes qu'ils perçoivent du grand public. Enfin, nous avons tenté d'explorer dans quelle mesure la situation de sans-abri avait un impact sur la conception de soi-même et l'apprentissage adjacent.

Les résultats montrent que les participants, malgré les expériences de discrimination rapportées, ont le sentiment de faire partie de la société et constituent une population ayant une conscience critique de leur condition, étant qu'ils attribuent cette situation exclusivement à des causes internes et non à des causes externes ou à des causes sociales. Les répondants ont également souligné l'importance de l'éducation, du respect et de l'honnêteté en tant que valeurs fondamentales avec lesquelles ils essaient de se comporter de manière générale afin de maintenir leur crédibilité et leur dignité envers le reste de la population. Cependant, nous déduisons qu'ils ne peuvent pas exercer pleinement leur citoyenneté en principal raison du manque de soutien de la famille et du manque de logement et de travail réguliers. Enfin, un résultat que nous avons également observé c'est que les répondants se distancent généralement de leurs pairs, ce qui semble être un moyen de maintenir leur singularité et de ne pas être associés aux stéréotypes existants concernant des personnes dans le même état.

Mots-clés: Sans abri; La citoyenneté; La société; Discrimination

Índice

Introdução	8
Parte I - Enquadramento Teórico	9
1. Sem abrigo: o seu fenómeno	9
2 Exclusão social, Pobreza e Cidadania	11
2.1 Exclusão social e Pobreza	12
2.2 Cidadania	12
2.2.1 Domínio Social	14
2.2.2 Domínio Económico	18
2.2.3 Domínio institucional	19
2.2.4 Domínio Territorial	21
Parte II - Estudo Empírico	23
1. Objeto e objetivos	23
2. Método	23
2.1 Participantes	23
2.2 Técnicas de Recolhas de Informação	24
2.3 Técnicas de Análise de Informação	25
3. Apresentação e Discussão de Resultados	26
3.1 Ser sem abrigo	26
3.1.1 Causas responsáveis pela situação de rua	26
3.1.2 Diferenças no auto-conceito pós rua	26
3.1.3 Aprendizagens consequentes da condição de sem abrigo	27
3.2 Cidadania	28
3.2.1 Significado atribuído à cidadania	28
3.2.1.1 Deveres com a sociedade	29
3.2.1.2 Direitos	30
3.2.2 Redes de suporte	31
3.2.2.1 Relacionamento e apoio familiar	31
3.2.2.2 Apoio dos pares	32
3.2.2.3 Apoio institucional	33
3.2.2.3.1 Conhecimento e experiência institucional	33

3.2.2.3.2 Melhorias nas instituições percecionadas pelos sem abrigo	35
3.2.3 Sistema de Saúde	35
3.2.3.1 Direitos à Saúde	36
3.2.3.2 Perceções relativas aos profissionais de saúde	36
3.2.3.3 Melhorias no Sistema de Saúde percecionadas pelos sem abrigo	37
3.2.4 Forças Policiais	37
3.2.4.1 Atitudes na interação com as forças policiais	38
3.2.4.2 Melhorias na segurança percecionadas pelos sem abrigo	38
3.2.5 Trabalho	39
3.2.5.1 Estratégias de sobrevivência económica	39
3.2.5.2 Opinião sobre os trabalhos informais	40
3.2.5.3 Procura ativa de trabalho	41
3.2.5.4 Perceção de oportunidades de trabalho e importância do mesmo	41
3.3 Sociedade	43
3.3.1 Papel dos sem abrigo na sociedade	43
3.3.2 Significado atribuído à condição de sem abrigo e identificação com o rótulo	45
3.3.3 Sentimento de inclusão e ligação com a sociedade	47
3.3.4 Sentimento de culpabilização por parte da sociedade	47
3.3.5 Atitudes da população face aos sem abrigo percecionadas pelos próprios	48
3.3.6 Atendimento nos locais públicos	49
3.3.7 Resolução da problemática e soluções propostas pelos mesmos	50
3.3.8 Perspetivas de futuro	51
3. Considerações Finais	52

Índice de Abreviaturas

PSS - Pessoa em situação de sem abrigo

FEANTSA - Federação Europeia de Organizações Nacionais que Trabalham com os SemAbrigo

ENIPSA - Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem Abrigo

Introdução

A presença de pessoas em situação de sem abrigo é uma visão actual nas cidades urbanas e tem uma longa história nas sociedades ocidentais modernas mas apenas no século XX surgem as primeiras obras sobre o tema (Aldeia, 2014). Apesar de já existirem alguns estudos acerca deste problema social no nosso país, apenas em 2009 surge a primeira estratégia de intervenção nesta população a nível nacional, a Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem Abrigo (ENPISSA, 2009). Assim, não nos podemos esquecer que este é um fenómeno que não passa apenas pela ausência de um lugar para viver, é uma problemática complexa que se reflete em questões sociais e de saúde pública preocupantes (Mabhala, Griffith & Yohannes, 2017), é também uma questão de redução, a algumas pessoas, das oportunidades de acesso aos direitos de cidadania (Aldeia, 2014), pelo que é um fenómeno que requer atenção e que merece ser alvo de estudo.

O presente estudo surge com o intuito de explorar o laço de cidadania das pessoas em situação de sem abrigo, laço este que se torna basilar pela forma particular que assume na rua (Aldeia, 2014). Pretende-se explorar como estes indivíduos vivem a sua cidadania e quais as suas opiniões sobre os direitos e deveres desta população. Ademais, também se pretende compreender a relação com as instituições direccionadas a esta problemática pois esta relação configura-se como uma das poucas, ou mesmo a única ligação destes indivíduos à sociedade. O acesso ao sistema de saúde, a questão do trabalho e a relação com a polícia são temas explorados, assim como a forma como se posicionam em relação à sociedade e vice-versa. Por fim, pretende-se avaliar a influência da condição de sem abrigo no autoconceito e aprendizagens adjacentes à mesma.

Na tentativa de explorar os temas acima referidos, surge a presente investigação, que se organiza em três partes. A primeira parte relativa ao enquadramento teórico, que inclui uma breve introdução e caracterização do fenómeno; uma explicação da relação entre os fenómenos de pobreza, exclusão social e cidadania; por último encontra-se dividido pelos domínios social, económico, institucional, territorial e das referências simbólicas – domínios estes correspondentes ao conjunto de sistemas básicos que perfazem o exercício pleno da cidadania (Costa, 1998). A segunda parte diz respeito ao estudo empírico, designadamente: Objeto e Objetivos; o Método que engloba os participantes, as técnicas de recolha de informação, as técnicas de análise de informação, a apresentação e discussão dos resultados e as considerações finais.

Parte I - Enquadramento Teórico

1. Sem abrigo: o seu fenómeno

A forma como definimos o que é viver em situação de sem abrigo é muito importante pois “quem definimos como sem-abrigo determina a forma como os contamos” (Peressini, McDonald & Hulchanski, 1996; p. 9). De modo geral, viver em situação de sem abrigo é carecer de habitação segura e adequada, sendo que não se limita às pessoas que não têm um abrigo ou que vivem na rua. Também, é influenciada por diversos factores e pela combinação entre os mesmos (Maroco, Miguel & Ornelas, 2010).

É difícil encontrar uma definição de sem abrigo consensual no espaço, tempo e entre instituições e investigadores pois é um fenómeno que, muitas vezes, reflecte mais o ambiente político de cada nação que propriamente a realidade desta população mas a carência dos indivíduos (de casa, de laços sociais, de saúde física, de dinheiro, etc.) surge sempre como o fator comum em todas as definições (Aldeia, 2014).

Posto isto, tendo em consideração as diferentes definições utilizadas para esta designação, existem diferentes perspetivas sobre este fenómeno, as quais afetam as estratégias adotadas para combater esta problemática (Maroco, Miguel & Ornelas, 2010). Estas estratégias englobam políticas de resolução, mas também de prevenção, assim torna-se de extrema importância que o conceito de sem abrigo abranja mais do que a face visível do problema (sem abrigos de rua) para que também sejam incluídas pessoas que vivem em situações vulneráveis e na iminência de se tornarem sem abrigo (Federação Europeia de Organizações Nacionais que Trabalham com os Sem-Abrigo, 2005).

Neste sentido, a definição de sem abrigo pela Federação Europeia de Organizações Nacionais que Trabalham com os Sem-Abrigo (FEANTSA, 2005) é muito pertinente, uma vez que definem esta condição num continuum de habitação, onde as pessoas se situam entre dois extremos: a habitação estável e a situação de sem abrigo literal.

O Grupo de Colecção de Dados da FEANTSA em cooperação com o Observatório Europeu dos Sem-abrigo, desenvolveu uma Tipologia Europeia de Sem-abrigo e Exclusão Habitacional – ETHOS. Esta tipologia reporta a quatro situações de sem abrigo: a) Sem teto – são a face mais visível desta problemática, as pessoas que vivem na rua; b) Sem casa – aqueles que têm acesso a abrigos ou instituições de longa duração mas que ainda assim,

encontram-se numa situação de vulnerabilidade social; c) habitação insegura – inclui pessoas que possuem habitação de forma insegura ou temporária; d) habitação inadequada – refere-se às pessoas que vivem num alojamento inadequado para habitação. Estas quatro categorias conceptuais dão origem a 13 categorias operacionais que podem ser utilizadas para recolher e comparar dados, revelam-se uma ferramenta flexível, capaz de ajustar-se a diferentes objetivos: para delinear planos no problema dos sem abrigo; e para desenvolver e monitorizar e avaliar políticas (FEANTSA, 2005).

O fenómeno dos sem abrigo tem uma longa história nas sociedades ocidentais modernas, pelo que desde o início da modernidade capitalista, a existência de pessoas a viverem na rua é considerado um problema social mas as primeiras obras de referência sobre este tema surgem apenas no início do século XX. Segundo Aldeia (2014), falar no fenómeno dos sem abrigo só faz sentido hoje em dia pois antes das últimas décadas do século XX, não havia indivíduos sem abrigo, havia sim pobreza, vulnerabilidade e vagabundos, isto é, existiam inúmeros fenómenos que precedem e influenciam o que designamos hoje em dia como o “fenómeno dos sem-abrigo”, mas que tinham formas específicas, em espaços-tempo particulares, e que divergiam em aspetos fundamentais da forma que o fenómeno toma hoje em dia.

Após a segunda guerra mundial, nos países da Europa Ocidental, assistiu-se a um aumento do bem estar em geral e de medidas de proteção social, sendo que falava-se no conceito de pobreza relativa e os cidadãos acreditavam que os efeitos nefastos da pobreza poderiam ser controlados, até tinham a crença que o progresso ia resolver o problema da pobreza (Aldeia, 2014). A pobreza existia, mas a sociedade conseguia garantir a todos os seus cidadãos um lugar na estrutura social e prestava a todos algum tipo de apoio que suavizava os efeitos mais extremos das situações de pobreza (Castel, 2009). Contudo, na década de 1970, o conceito de pobreza reconfigura-se, pois, a noção de bem estar garantido e crescente começa a desaparecer e situações de precariedade extrema são inegáveis no seio das sociedades ocidentais. Deste modo, o fenómeno dos sem abrigo que não tinha visibilidade durante as décadas das fortes proteções estatais ganha visibilidade nas últimas décadas do século XX.

Hoje em dia, em Portugal está em vigor a Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem Abrigo (ENIPSA), que surge com o objetivo de reunir um conjunto de diretrizes gerais e compromissos assumidos por diferentes entidades, cuja operacionalização deve ser implementada a nível local, no sector das redes sociais locais

(dos Conselhos Locais de Ação Social), tendo por base planos exclusivos e adequados às necessidades identificadas nas diferentes localidades (ENIPSA, 2009). Por sua vez, o desenvolvimento e implementação do ENIPSA tem como objetivo principal, potencializar os recursos existentes através da realização de um trabalho multidisciplinar, adaptando cada intervenção às necessidades existentes de cada indivíduo. Pretende colmatar graves carências económicas, problemas de inserção no mercado de trabalho, carências ao nível da saúde e também ausência de redes de suporte. O plano de ação inclui a intervenção em emergência até ao acompanhamento após a emergência, onde há preparação do plano individual de inserção, e posterior identificação dos recursos necessários para a sua realização (ENIPSA, 2009).

Não devemos caracterizar esta população através de um padrão estereotipado, o qual reduz e anula a diversidade de identidades que encontramos entre as pessoas em situação de sem abrigo (Paiva et al., 2016), eles são uma população heterogénea e têm características que pertencem a cada um e diferem nos seus valores, significados, estrutura física, estratégias de sobrevivência e atitudes. As características, os percursos que antecederam situações de sem abrigo, o tipo de carências e o tipo de medidas necessárias nunca são iguais em casos de pessoas que vivem na rua, existem sim traços comuns mas existe também, grande peso dos aspetos individuais de cada caso (Costa, 1998).

O tempo que cada PSS encontra-se a viver na rua é um elemento importante e que influencia a experiência deste processo, sendo que quanto mais tempo eles permanecem na rua, maior a probabilidade desta situação se prolongar (Rosa, Cavicchioli & Brêtas, 2005).

Diversos estudos dedicam-se a identificar os fatores sociais que podem levar à situação de sem-abrigo. As explicações sociais mais comuns centram-se em sete domínios distintos de carência: trabalho; renda; saúde e incapacidade; educação, capacidades e treino; crime; barreiras à habitação e serviços de apoio social; e meio envolvente (Mabhala, Griffith & Yohanne, 2017). Estes autores propõem um paradigma que enfatiza explicações sociais para as situações de sem abrigo como potenciais auxiliares em intervenções sociais para reduzir ou prevenir este fenómeno.

2. Exclusão social, Pobreza e Cidadania

2.1 Exclusão social e Pobreza

É pertinente fazer referência ao conceito de exclusão social quando falamos das PSS pois o fenómeno dos sem abrigo é uma das principais formas de exclusão social na Europa (Costa, 1998). Este é um conceito relativamente recente pois surge apenas nos anos 90.

A exclusão social, segundo Castle (1990), corresponde à fase extrema do processo de “marginalização”, o qual no seu decorrer é caracterizado por um conjunto de ruturas na relação do sujeito com a sociedade, principalmente a rutura com o mercado de trabalho, porém quando este processo atinge uma fase extrema, também assistimos a ruturas afetivas, familiares e de amizade. Deste modo, a situação de sem abrigo é considerada a forma mais extrema e visível de exclusão social (Costa, 2005).

Posto isto, antónimos de “exclusão social”, tais como, “inclusão social” ou “integração social” ajuda-nos a distinguir exclusão social de pobreza, existem pessoas de classe social baixa que apesar do seu estado de carência a nível monetário, estão bem integradas no seio da sua comunidade. Porém, o fenómeno dos sem abrigo é um problema de pobreza extrema, bem como de exclusão social, sendo que faz sentido quando falamos nesta população, entendermos o conceito de pobreza como algo que ultrapassa a dimensão económica e que diz respeito a toda uma escassez multidimensional de recursos (Aldeia, 2014), isto é, a pobreza envolve mais que desvantagens financeiras, tal como a problemática dos sem abrigo é uma questão que transcende a falta de habitação (Schindeler, 2010).

2.2 Cidadania

Se olharmos para o significado das palavras, a noção de “exclusão” (excluído de quê?) remete-nos para algum tipo de contexto, do qual se é ou se foi excluído e a segunda parte do conceito, “social”, suscita a relação com a sociedade, isto é, a questão da cidadania (Costa, 1998).

O exercício pleno da cidadania corresponde ao acesso a todo um conjunto de sistemas sociais básicos e quando aprofundamos o conceito damos conta da heterogeneidade e complexidade do mesmo (Costa, 1998). Segundo Costa (1998), os sistemas sociais básicos dividem-se em cinco domínios: o social, o económico, o institucional, o territorial e o das referências simbólicas.

O domínio social diz respeito ao conjunto de grupos em que o indivíduo está inserido, desde os mais restritos (ex: família, amigos) até aos mais amplos (ex: comunidade, local de

trabalho ou política enquanto meios de socialização e integração). No que concerne ao domínio económico, este inclui os mecanismos geradores de recursos (o mercado de trabalho como fonte de rendimento, o sistema de segurança social e os ativos), o mercado de bens e serviços (para aceder-se à maior parte de bens e serviços que as pessoas necessitam) e o sistema de poupanças (incluir este sistema pode parecer exagerado mas é relevante pois um certo grau de segurança em relação ao futuro é importante para fazer face a certas imprevisibilidades, por isso, deve ser considerada uma necessidade normal). Ainda, o domínio institucional abrange os sistemas prestadores de serviços mas também instituições mais relacionadas com direitos cívicos e políticos, como é o caso do sistema burocrático. O domínio territorial diz respeito a um tipo de exclusão, que para além de afetar as pessoas, estende-se a todo um território (ex: bairro do aleixo), neste domínio também podemos incluir as migrações, quando as pessoas migram de meios excluídos para o centro da cidade, ou até de países excluídos para países prósperos. Por fim, o domínio das referências simbólicas é uma dimensão mais subjectiva e diz respeito ao conjunto de “perdas” que o indivíduo excluído sofre ao longo do processo de exclusão, sendo que estas perdas se agravam com a permanência do indivíduo na situação de exclusão, pode haver perda de auto-estima, de identidade social, entre outras (Costa, 1998).

A entrada e permanência na situação de sem abrigo reconfigura o laço de cidadania, reduzindo a proteção e o reconhecimento que este teoricamente garante (Aldeia, 2014), parte dos indivíduos excluídos e da sua ação individual combater esta exclusão política. A reconfiguração dos diferentes tipos de laços sociais, nomeadamente a reconfiguração da cidadania, adjacente ao reconhecimento dos sujeitos enquanto cidadãos, capazes de agir no âmbito de um corpo político reivindicando direitos e cumprindo deveres, é tão importante como a rutura que ocorre ao nível de laços de outros tipos.

Um discurso sobre os direitos humanos de pessoas em situação de sem abrigo, foca-se no direito à habitação mas pouca atenção é dada sobre os direitos humanos violados associados à falta de habitação adequada (Cole & Lynch, 2003). Segundo Cole e Lynch (2003), a situação de sem abrigo por si só, é uma violação dos direitos humanos, pelo que o trabalho desenvolvido com os sem abrigo deve seguir uma abordagem mais baseada nos direitos humanos do que no bem estar, uma vez que, a abordagem focada no bem estar tende a conceptualizar as respostas a esta população como gratuitas providenciadas por uma sociedade com recursos e bem intencionada. Pelo contrário, um trabalho baseado nos direitos permite a pessoas marginalizadas e em desvantagem, reivindicar os seus direitos

junto do Estado. Desta forma, também impõe a obrigação por parte do Estado em assegurar a todas as PSS direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais, tais como, o direito à segurança social e o direito a um nível de vida padrão (Cole & Lynch, 2003).

Neste sentido, na Constituição da República Portuguesa (1976), o direito à habitação (artigo 65º) de dimensão adequada e com condições de higiene e conforto, de forma a garantir a preservação da intimidade pessoal e da privacidade familiar, cabendo ao Estado garantir o acesso à habitação própria e mais uma vez, a adequação do sistema de renda ao rendimento familiar, é um direito de todos. Tal como o direito ao trabalho, o acesso à saúde, e a um tratamento igual perante a Lei é universalmente proclamado pela Declaração Universal de Direitos Humanos, e também defendido pela Constituição da República Portuguesa.

No plano oficial, ser sem abrigo no contexto Português, reduz a cidadania à ligação do indivíduo ao Serviço de Segurança Social, nomeadamente a contratualização do RSI (Rendimento Social de Inserção), inserida na Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio, “A presente lei institui o rendimento social de inserção, que consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção por forma a assegurar às pessoas e seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social, laboral e comunitária”, quando na realidade o RSI não faz face a todas as necessidades básicas destes indivíduos.

2.2.1 Domínio Social

As pessoas em situação de sem abrigo são uma população que sofre um processo de rutura dos seus laços sociais a diferentes níveis. Os laços sociais são o conjunto de elementos que unem os indivíduos entre si e são múltiplos e de natureza diferente. Os diferentes tipos de laços sociais fornecem a todos os sujeitos, a proteção e reconhecimento necessários para a sua existência social, pelo que a proteção engloba o conjunto de recursos que o indivíduo consegue mobilizar face às imprevisibilidades da vida (apoios familiares, comunitários, profissionais, sociais) e o reconhecimento remete para a interação social que estimula o indivíduo e fornece-lhe a prova da sua existência e valorização social (Paugam, 2009).

Este autor distingue quatro tipos de laços sociais (Paugam, 2009): os laços de filiação – dizem respeito aos laços familiares e têm funções ao nível da socialização e construção

da identidade dos indivíduos; os laços de participação eletiva – referem-se aos laços extrafamiliares e pressupõem uma selecção por parte do indivíduo que escolhe com quem constrói estes laços; os laços de participação orgânica – que incluem os laços estabelecidos na vida profissional; e os laços de cidadania - referem-se aos laços estabelecidos entre os membros de uma comunidade política, sendo que estes laços conferem ao cidadão a protecção dos seus direitos civis, políticos e sociais.

As pessoas em situação de sem abrigo são vítimas de um longo processo de exclusão social – processo este que ocorre devido à discriminação e preconceito adjacentes a esta condição. Deste modo, a estigmatização origina a desqualificação do rejeitado no mundo social, impedindo uma participação total destes indivíduos na vida social (Rayburn & Guittar, 2013). Deste processo de exclusão social resulta o enfraquecimento dos laços sociais que ligam tais indivíduos à esfera social, laboral e política (Rosa & Guadalupe, 2015). Assim sendo, esta população perde os recursos fornecidos pelos laços sociais, os quais se traduzem em fontes de suporte, bem estar e de capital social (Guadalupe, 2009).

Assiste-se, na nossa sociedade como em outras, à transformação do rótulo de sem abrigo em *master status* (estatuto principal), isto é, o rótulo é considerado o aspeto central das suas personalidades e anula todos os outros papéis e características destes sujeitos (Becker, 1973). Assim sendo, também Aldeia (2014) defende que nenhuma outra fonte de criação de identidade é reconhecida para quem carrega consigo este *master status*, observando-se uma sobreposição do rótulo de “sem-abrigo” a todas as características individuais destas pessoas (Aldeia, 2014 p.243).

Na mesma linha de pensamento, Goffman (1963) afirma que o estigma não está associado às características do indivíduo, mas sim a um estereótipo. Desta forma, as pessoas vítimas de rótulos, nomeadamente as PSS, o que têm em comum é o próprio rótulo e não, características de personalidade ou culturais semelhantes. A identidade sentida é o sentido subjectivo de uma pessoa sobre a sua própria situação e personalidade, resultantes das suas experiências sociais (Goffman, 1963). Assim, este autor evidencia que os indivíduos que se encontram em situação de rua, devido ao estigma, têm tendência a mudar a forma como se retratam perante outras pessoas, através de mudanças na forma de falar, de vestir e de estar. Esta tendência de mudarem o seu comportamento é verificada quer perante os seus pares, quer perante pessoas noutra situação de vida, sempre na tentativa de reduzir ou evitar o estigma (Rayburn & Guittar & 2013).

É de extrema importância a referência a estas pessoas como “pessoas em situação de sem abrigo” (em vez de simplesmente “sem abrigo”) para que a sua existência não seja reduzida à sua atual condição habitacional e para que não comprometa a capacidade destes indivíduos de autonomização futura. Apesar da maior parte destas pessoas saberem que sair da sua situação não é fácil, essa referência promove que a experiência de rua seja encarada como um processo transitório, e não definitivo (Aguiar & Iriart, 2012).

Em consonância com a ideia acima descrita, Rayburn e Guittar (2013) relatam que as PSS referem-se ao seu grupo de pares como se não fizessem parte desta população, ou seja, vêem-se a si próprios como “de passagem” por esta situação. Podemos apoiar-nos na ideia de identidade social para uma melhor compreensão deste processo de desprendimento grupal. Segundo Henri Tajfel (1981), a identidade social compreende a percepção de pertença a um grupo e de não pertença a outro. Este sentimento de pertença a um grupo pode resultar de uma escolha pessoal em pertencer ao grupo, mas também pode derivar da imposição externa das circunstâncias, ser “empurrado” por estas para pertencer ao grupo. As pessoas em situação de sem abrigo não escolheram pertencer ao grupo de sem abrigo, apenas foram empurrados individualmente para a mesma situação. Contudo, eles constituem-se individualmente como marginais ao sistema social, formando no seu conjunto, e para as outras pessoas, um grupo social. Qualquer grupo está inserido num sistema mais amplo, adquirindo dessa forma um dado estatuto, uma posição no sistema, que se refere não só às diferenças com os outros grupos, mas às suas características avaliadas em termos do que é valorizado nesse sistema. No caso dos sem abrigo, este estatuto é o de um grupo marginal (Belcher & DeForge, 2012). Este estatuto de marginal surge porque eles não se enquadram de forma válida num sistema capitalista, num grupo que trabalha e participa na cultura de consumo. Como Belcher e DeForge (2012) denotam, as pessoas em situação de sem abrigo não podem ser mais categorizados como úteis e membros funcionais do capitalismo, uma vez que não trabalham nem suportam o Sistema.

Neste sentido, torna-se pertinente a referência ao estudo qualitativo de Boydell, Goering e Morrell-Bellai (2000) sobre a experiência de 29 indivíduos em situação de sem abrigo. Estes identificaram que esta condição resulta numa perda da identidade, já que o sentido de identidade no passado dos indivíduos foca-se essencialmente na área do trabalho (o qual não possuem no presente). Identificaram ainda: a interioridade - como um mecanismo de *coping* para evitar conflitos com os pares; a apresentação de um *eu* desvalorizado pela maior parte dos participantes – que resulta na ocultação da condição de sem abrigo, como forma de controlar a identidade desvalorizada; relatos transversais a

todos os participantes de diferenças em relação aos pares; e a experiência de sem abrigo como forma de compreensão da vida e do seu significado. Por outro lado, o estudo de Menezes e Jesus (2010) conclui que apesar da experiência de viver na rua ser encarada como difícil para os participantes, os mesmos encaram como positiva porque possibilitou o desenvolvimento de determinadas competências, que não seriam desenvolvidas caso não estivessem na condição de sem abrigo. Ainda, num estudo realizado com mulheres em situação de sem abrigo, as participantes reconhecem o carácter difícil da sua situação, mas também relatam o desenvolvimento de uma perceção delas próprias mais positiva (Boydell, Goering & Morrell-Bellai, 2000).

No que concerne à adaptação destes indivíduos à sua nova realidade social, Costa e Oliveira (2015) defendem que os moradores de rua necessitam de passar por um processo de adaptação à sua nova realidade, adquirindo novas formas de organização que permitem a satisfação das suas necessidades e a superação dos obstáculos que a rua lhes coloca. Assim, neste processo de aprendizagem, aprendem a realizar as suas atividades do quotidiano, saber lidar com as perdas, afectivas e materiais, e transformar cada local público num lugar para se viver. Em relação às perspetivas de futuro, Kidd e Davidson (2007) realçam que não usar o tempo como um ponto de referência é uma maneira das PSS não enfrentarem o stress das tomadas de perspetivas baseadas no passado e futuro. Estes autores realizaram um estudo com 209 pessoas em situação de sem abrigo, o qual evidenciou que dar e cuidar dos outros tem implicações importantes para a comunidade de rua, como forma de manutenção do respeito próprio e orgulho desta população.

Ainda no domínio social das pessoas em situação de sem abrigo, a opinião e perceção da sociedade acerca deste fenómeno é relevante pois a compreensão das perspetivas e atitudes da população face a este problema afeta a eficácia das intervenções destinadas a resolver os problemas sociais subjacentes à condição de sem abrigo e a reintegrar estes indivíduos de forma ajustada na sociedade (Maroco, Miguel, & Ornelas, 2010). O estudo de Maroco, Miguel e Ornelas (2010) sobre as atitudes da população portuguesa face às PSS mostrou que a população concebe-os como pessoas socialmente isoladas e reduzem a condição às pessoas que vivem na rua. Porém, o mesmo estudo revelou que as pessoas têm uma elevada compaixão por esta problemática e possuem opiniões comedidas acerca das restrições dos direitos públicos desta população.

2.2.2 Domínio Económico

O domínio económico na vida de uma pessoa é essencial para a sua integração social. Deste modo, o desemprego não significa apenas a privação da fonte de rendimentos, uma vez que o trabalho revela ser um dos vínculos mais importantes de ligação à sociedade, pela rede de relações que o emprego proporciona e pelo sentimento de participar na vida económica do país (Costa, 2005).

Apesar da situação das pessoas que se encontram na condição de sem abrigo ser diversificada e multideterminada, a relação com o trabalho assume um papel relevante na explicação do fenómeno dos sem abrigo e parece existir uma relação entre as consequências associadas à exclusão do mundo de trabalho e as motivações que levam estes indivíduos a viver na rua, como também com a permanência e dificuldade de sair desta condição problemática (Costa, 2005).

O estudo de Tumolo e Tumolo (2004) que se dedicou à avaliação das características das vivências de pessoas desempregadas, evidenciou que o desemprego interfere em todas as esferas da vida do indivíduo, inclusive afeta a vida social dos mesmos. Ainda, outro estudo de Lussi, Pinho e Ricci (2017) que pretendia avaliar as perceções relativas ao trabalho de pessoas em situação de rua, verificou que esta população vincula o trabalho a questões financeiras, como forma de satisfazer necessidades, desejos materiais e de sustento. Ainda, o trabalho foi apontado como elemento essencial para a reconstrução de projectos de vida futura e na vivência do quotidiano.

Segundo o princípio legitimador do mercado, o trabalho é provedor de alimentação, moradia e restantes necessidades, pelo que a vida na rua provoca uma rutura com as formas socialmente aceites de sobrevivência (Aldeia, 2013). Deste modo, a situação de sem abrigo não significa a eliminação total do trabalho ou o impedimento à subsistência, mas o desenvolvimento de novas formas específicas de sobrevivência (Aguiar & Iriart, 2013).

Esta população recorre muitas vezes a trabalhos informais, tais como, os arrumadores de carro no Porto ou os apanhadores de materiais recicláveis no Brasil, para produzirem formas alternativas de se sustentarem (Gunther & Magni, 2014). Os jornais de rua são jornais produzidos especificamente para serem vendidos, em locais públicos, por pessoas em situação de rua ou pessoas em situações vulneráveis. O objetivo geral desta iniciativa é utilizar a venda dos jornais pelas PSS como forma de ligação entre estas pessoas, instituições sociais e a restante sociedade, de forma a produzir, simultaneamente, mudanças na vida das PSS, como também nas crenças negativas da população acercada

mesma (Cockburn, 2013). Por outras palavras, as organizações de jornais de rua utilizam uma forma legítima de trabalho para atrair este grupo social, vítima de tantas discriminações, a padrões mais amplos de interação sociais e de integração na sociedade.

De forma geral, os jornais de rua têm trazido aspetos positivos. Mesmo assim, é uma atividade, que gera alguma controvérsia a nível social e reflecte os diferentes significados que as pessoas possuem acerca da realidade socioeconómica (Cockburn, 2013). A instabilidade da identidade pública das vendas de jornais de rua revela que os jornais de rua não se encaixam em qualquer dos padrões convencionais de relações sociais e atividades pelas quais a riqueza é constantemente movida pela sociedade (Cockburn, 2013). Deste modo, algumas pessoas questionam-se acerca da legitimidade a nível socioeconómico destas formas de trabalho informais e vêem estas atividades como forma de pedir esmola, pois as pessoas em situação de sem abrigo são indivíduos que são percebidos como incapazes de ação positiva, de trabalhar e de refletir, pelo que é criada uma imagem de incapacidade pela sociedade em relação a estes indivíduos (Aldeia, 2013).

2.2.3 Domínio institucional

A situação de sem abrigo é caracterizada pela carência de laços sociais, daí a importância da ligação destes sujeitos com as instituições destinadas a ajudá-los pois o laço que liga o indivíduo à sociedade, passa a existir somente através da ligação com os serviços de assistência, uma relação que desqualifica os sujeitos assistidos (Paugam, 1996).

Saber cuidar é uma aprendizagem essencial para a sobrevivência dos seres humanos. Para aqueles que vivem na rua, o espaço público é o cenário onde passam o seu dia a dia, o que dificulta a satisfação de necessidades consideradas básicas, as quais segundo o modelo social, devem ser realizadas em casa (Aldeia, 2013). Deste modo, existem um conjunto de instituições, que incluem organizações governamentais, não governamentais, religiosas e comunitárias (Di Lorio et al., 2015) destinadas a responder às necessidades das PSS.

Neste sentido, definir o campo de problemas relacionados com a prestação de cuidados requer abandonar os modelos que reduzem a prestação de cuidados ao plano familiar e reconhecer a existência de outros atores e identidades sociais que podem intervir na prestação de cuidados. (Di Lorio et al., 2016). Assim, as discussões relativas à prestação de cuidados a esta população vulnerável deve constituir um problema público que merece ser objeto de políticas sociais (Di Lorio et al., 2016), pelo que a forma como os sistemas,

serviços sociais e sistemas de saúde são organizados devem ser discutidos com frequência (Arriagada, 2008).

O estudo de Costa e Oliveira (2015) conclui que as instituições têm dois objetivos principais: o acolhimento e satisfação das necessidades mais básicas, objetivo este que se verifica como alcançado; e o exercício pleno da cidadania destes sujeitos, de forma a conotá-los de autonomia e poder para as trocas simbólicas, de modo a favorecer a saída da instituição. No entanto, verificou-se que, na prática, este objetivo não é totalmente alcançado. Os autores Mattos e Ferreira (2004) também evidenciam que muitas instituições criam dependência institucional e não oferecem ferramentas para esta população adquirir a sua própria autonomia.

As medidas institucionais demarcam-se como elementos de auxílio essenciais na situação de carência que esta população se encontra. Por outro lado, estas medidas são exclusivamente destinadas à população sem abrigo e ninguém que não esteja nesta condição ou que não trabalhe nestes serviços terá razões para se dirigir lá, isto é, a reintegração destes indivíduos é realizada fora da sociedade (Aldeia, 2013). Posto isto, estas medidas podem resultar no reforço da construção das PSS como um grupo à parte do resto da sociedade (Feldman, 2006), pois as políticas e medidas implementadas são pensadas para uma população que consideram ser homogénea, o que reforça e diminui estas pessoas ao rótulo de “sem abrigo” (Feldman, 2006).

Pela definição de Bauman (2003), estas formas de reintegração assumem uma forma particular, estas medidas encaixam-se numa forma de hospitalidade mixofóbica pois são orientadas por uma lógica de rejeição da diferença e pela tentativa de a evitar. Assim, o fenómeno dos sem-abrigo é, portanto, definido não como um problema de pobreza mas como uma questão de visibilidade - o constrangimento não é a existência de sujeitos sem recursos, mas o facto de termos de os ver (Aldeia, 2013).

Apenas uma pequena população de sem abrigo recorre aos abrigos e albergues disponíveis na rede de assistência social (Costa & Oliveira, 2015). A falta de procura destes serviços pelas PSS é justificada pela insatisfação dos mesmos com as regras estabelecidas nos serviços de acolhimento institucional para manter a organização (Costa, 2005). Em particular, Vieira, Bezerra e Rosa (2004) especificam que os prazos e horários impostos, o carácter de disciplina e repressão de alguns abrigos, resultam na preferência da rua por parte das PSS. Ainda, autores como Mattos e Ferreira (2004) acrescentam que muitas instituições criam dependência institucional e não oferecem ferramentas para esta população adquirir a sua própria autonomia.

Neste domínio, é relevante referenciar o acesso destes indivíduos ao sistema de saúde. Segundo Aldeia (2013) a concepção de saúde para a população sem abrigo está associada à capacidade dos mesmos de se manterem vivos. No seu estudo, as PSS associam a doença à incapacidade de trabalhar, à impossibilidade de lutar para ganhar dinheiro e à incapacidade de realizar tarefas simples. Ademais, os problemas de saúde que não afetam a capacidade de trabalho ou de mobilizar esforços para procurar comida são considerados problemas de segunda ordem relativamente à necessidade desta população garantir a sua sobrevivência, pelo que apenas recorrem aos serviços quando o corpo não consegue resistir à luta pela sobrevivência (Aguiar & Iriart, 2012).

O acesso aos serviços de saúde já é difícil para qualquer cidadão, no caso dos sem abrigo, existem fatores agravantes (Paiva et al., 2016), veja-se como exemplo, a falta de higiene com que estes indivíduos por vezes se apresentam nestes serviços, que resulta na não aceitação e discriminação destas pessoas nos Serviços de Saúde (Aldeia, 2013).

2.2.4 Domínio Territorial

A população em situação de rua procura as regiões centrais das cidades por serem áreas que oferecem mais possibilidade de sobrevivência para este grupo, pois tem grande concentração de serviços, baixa concentração de residências e circulam muitas pessoas (Lira et al., 2016). Porém, nas últimas décadas, o espaço público tem se tornado cada vez mais comercializável e tem se orientado por políticas económicas (Aldeia, 2013). Nestes espaços, o não consumo apresenta-se como forma de desvio e os direitos conferidos pela cidadania são crescentemente associados ao consumismo (Atkinson, 2003).

As pressões económicas sobre os governos para que o ambiente nas cidades seja cada vez mais propício ao negócio influencia a postura do sistema político face aos pobres não consumidores que se tornam indivíduos indesejáveis nestes locais porque são considerados desagradáveis para potenciais consumidores (Aldeia, 2013). Portanto, o espaço “público” torna-se privado, pois os indivíduos que não correspondem à imagem do sujeito capaz de se inserir numa lógica funcional consumista tornam-se *persona non grata* e são proibidos de entrar em determinados locais. Assim, as PSS são as principais vítimas das restrições crescentes no acesso ao espaço (Feldman, 2006) pois são uma população que depende do espaço dito público para sobreviver, para realizar as suas necessidades básicas mas estas necessidades são restritas em espaços públicos, são condicionadas por horários de funcionamento ou pela proibição da realização de determinadas atividades.

Deste modo, são uma população que não tem um espaço privado (casa) onde possa satisfazer as suas necessidades básicas mas também não consegue se apropriar da rua para realizar estas necessidades, isto é, nem à rua estes indivíduos podem chamar de “casa”. Nesta ótica, a sociedade não satisfaz o direito destes cidadãos à habitação, como também procura impedir que estes permaneçam na rua – “O fenómeno dos sem-abrigo é, em grande medida, um problema de falta de direito a um espaço” (Aldeia, 2011; p.9). Deste modo, a carência de habitação, a qual por si só, já coloca o individuo numa situação vulnerável, acresce como fator agravante a própria sociedade, que através destas restrições nos espaços públicos, ainda torna esta condição mais frágil e dificulta as estratégias de sobrevivência dos indivíduos. O Estado procura pela polícia e criação de centros de acolhimento expulsar estes indivíduos dos locais onde circulam os restantes cidadãos, isto é, não se preocupam em solucionar o fenómeno dos sem abrigo mas sim, tornar este fenómeno invisível aos olhos da sociedade. A diminuição da visibilidade da população sem-abrigo é um perigo pois constrói a ilusão social e fortalece a falta de compromisso da sociedade na resolução da problemática (Mateus, 2007).

Parte II - Estudo Empírico

1. Objeto e objetivos

O objeto do presente estudo são indivíduos que em algum momento da sua vida encontraram-se a viver na rua e que ainda se encontram em situações de instabilidade.

O objetivo geral é perceber as experiências e opiniões de um grupo de indivíduos que se encontram na condição mais extrema de exclusão social, as pessoas em situação de sem abrigo, sendo que não se pode ignorar a subjetividade do olhar do investigador.

Decorrente da conceção do fenómeno dos sem abrigo como um problema social e de falta de cidadania, definiram-se três objetivos específicos. Em primeiro lugar, procurou-se conhecer de que forma estas pessoas vivenciam a sua cidadania e como esta é influenciada pela condição de sem abrigo. Para tal, pretende-se explorar a acessibilidade deste grupo marginalizado aos serviços de saúde, a relação com o trabalho e forças policiais. Ainda, tem como finalidade compreender como se relacionam com a sociedade e as suas crenças relacionadas com a sua condição na sociedade. Por último, preocupou-se em explorar a vivência na rua destes indivíduos e significados atribuídos pelos mesmos às suas experiências.

2. Método

A escolha do método a utilizar deve ser adaptado ao fenómeno a ser investigado, assim como os objetivos a alcançar. Assim, o recurso a uma abordagem qualitativa parece ser a mais indicada para este estudo, pois permite que os participantes abordem livremente os seus sentimentos e descrevam as suas experiências de acordo com a sua realidade, sem que se sintam restringidos pelo investigador ou por questões mais estruturadas. (Sampieri, Collado & Lucio, 2006).

2.1 Participantes

A selecção dos participantes incluídos nesta amostra cumpriu dois critérios: pessoas com experiência de rua nos últimos 10 anos durante um período mínimo de 6 meses. Para

além disso, esta selecção foi feita por conveniência, por intermédio do local de estágio, por duas razões distintas: dificuldade de acesso a esta população; e estabelecimento prévio de uma relação segura com os participantes, uma vez que pretendia-se aceder a experiências e opiniões sobre uma realidade difícil e sensível para os participantes.

No que concerne à caracterização dos participantes, estes têm idades compreendidas entre os 39 e os 67 anos e são maioritariamente do sexo masculino à exceção de dois sujeitos do sexo feminino. Todos os participantes beneficiam de apoios sociais, 10 deles recebem o Rendimento Social de Inserção (RSI) e um usufruiu da reforma. No que diz respeito às habilitações literárias, à exceção de três participantes que possuem o 12º ano, o nível de escolaridade dos restantes entrevistados encontra-se entre o 4º ano antigo e o 9ºano. Relativamente ao tempo de rua: um entrevistado permaneceu apenas seis meses na rua; quatro participantes permaneceram um ano na rua; três estiveram entre quatro a sete anos e os restantes três estiveram mais de dez anos. Atualmente, apenas um participante ainda está na rua (sem teto), dois encontram-se em casas abandonadas (sem casa), dois encontram-se em instituições (sem casa), cinco em quartos e um na casa de família (Anexo 1).

2.2 Técnicas de Recolhas de Informação

A recolha de dados foi realizada com recurso a entrevistas semiestruturadas pois revelou ser a técnica mais pertinente. Para este fim, foi realizado um guião, composto por questões fechadas, mas maioritariamente questões abertas de forma a conceder liberdade aos participantes para explorarem o tema, tendo em conta as suas experiências pessoais. Deste modo, as questões foram agrupadas em 6 temas: Família; Trabalho; Sistema de Saúde; Forças Policiais; Instituição; Rua e Cidadania (Anexo 2).

O guião foi alvo de uma entrevista teste por forma a melhorar a formulação de algumas questões e averiguar a eficácia do mesmo. Após o teste, não foram realizadas alterações significativas em termos de conteúdo das questões mas averiguou-se que era necessário ajustar a complexidade das questões ao nível de escolaridade dos indivíduos. Desta forma, substituiu-se alguns termos mais técnicos por palavras mais acessíveis a este tipo de população.

No total, foram realizadas 11 entrevistas semiestruturadas a indivíduos com experiência de rua nos últimos 10 anos. Num primeiro momento, foi explicado aos participantes no que consistia a investigação, apelando á sua participação, e posterior

agendamento de local e data da entrevista. Precedente a cada entrevista, foi lido a cada entrevistado o consentimento informado (Anexo 3), este explicava no que consistia a entrevista, objetivos do estudo e onde é garantido que as identidades dos indivíduos não serão reveladas em nenhum momento da investigação e pede-se autorização para gravar. Ademais, este momento permitia o esclarecimento de dúvidas que surgissem antes da entrevista. No final, após permissão do indivíduo e respetiva assinatura do consentimento, procedia-se ao início da entrevista e posterior gravação da mesma.

No que diz respeito ao local das entrevistas, este foi sempre o mesmo, a instituição Porta Amiga de Gaia, por uma questão de acessibilidade e de familiarização dos participantes com a instituição, à exceção de três entrevistas realizadas no Albergue do Porto por impossibilidade de deslocação dos entrevistados á Porta Amiga de Gaia.

2.3 Técnicas de Análise de Informação

O processo de análise dos dados iniciou-se com a transcrição integral das entrevistas realizadas aos participantes e posterior leitura exhaustiva das mesmas. De seguida, os dados recolhidos foram introduzidos no software NVivo, o qual auxilia na organização de informação. Por fim, procedeu-se à análise através da técnica de análise de conteúdo categorial. A análise de conteúdo corresponde a uma técnica de recolha de dados que procura qualificar as vivências dos sujeitos, tal como as suas perceções e interpretações sobre determinado objeto (Bardin, 2010).

Desta forma, tendo em consideração os quadros teóricos associados aos objetivos deste estudo, foi criada uma grelha de análise de conteúdo categorial que abrangia os três principais tópicos: “Ser sem abrigo”; “Cidadania” e “Sociedade”. Dentro destes tópicos, surgiram diversas categorias, que resultaram de uma aproximação entre os referenciais teóricos e as respostas dos participantes. De seguida, apresenta-se a configuração de cada categoria principal, isto é, as categorias que as constituem (Anexo 4).

Em primeiro lugar, a categoria “Ser sem abrigo”, engloba três subcategorias: “Causas responsáveis pela situação de sem abrigo”; “Diferenças no autoconceito pós rua”; e “Aprendizagens subsequentes da condição de sem abrigo”.

A segunda categoria “Cidadania” que se constitui como o núcleo deste estudo, compilou quatro categorias de 2ª ordem: o “Significado atribuído à cidadania”, que deu origem a mais duas categorias de 3ª ordem; as “Redes de suporte” que compilou mais três categorias de terceira ordem e ainda uma delas, mais duas categorias de 4ª ordem; o

“Sistema de Saúde” com três categorias de 3ª ordem; as “Forças Policiais” que se subdivide em mais duas categorias de 3ª ordem; e o “Trabalho” que também é constituído por mais três categorias de 3ª ordem.

Por último, a categoria “Sociedade” engloba oito categorias de 2ª ordem: o “Papel dos sem abrigo na sociedade”; o “Significado atribuído à condição de sem abrigo e identificação com o rótulo”; o “Sentimento de inclusão e ligação à sociedade”; o “Sentimento de culpabilização por parte da sociedade”; as “Atitudes da população face aos sem abrigo percebidas pelos próprios”; o “Atendimento nos locais públicos”; a “Resolução da problemática e soluções propostas”; e as “Perspetivas de futuro”.

3. Apresentação e Discussão de Resultados

3.1 Ser sem abrigo

Esta categoria é referente à experiência dos indivíduos na rua, nomeadamente causas e subsequentes aprendizagens.

3.1.1 Causas responsáveis pela situação de rua

Todos os participantes enunciam diferentes causas para a sua situação, nomeadamente o desemprego (cinco participantes), o divórcio (dois), o falecimento de um parente (um) e abandono familiar (um). Estes resultados vão ao encontro de vários estudos, que apontam o carácter multifacetado dos fatores que levam as pessoas à situação de rua (Maroco, Miguel, & Ornelas, 2010), sendo o desemprego e os problemas familiares indicados como as causas mais frequentes em alguns estudos (Bento & Barreto, 2002; McBride, 2012; Rosa, 2012; Paiva et al., 2016). É de realçar que dois participantes assumem viver uma situação de sem abrigo por opção própria *“É a vida, como se diz. A vida puxou para ai, não tive grandes razões para ir mas a cabeça é que mandou. Tou porque quero assumir isso. Estou porque quero”* (G).

3.1.2 Diferenças no auto-conceito pós rua

Nesta subcategoria, mais de metade dos inquiridos (sete) afirmam convictamente que a experiência de rua não mudou em nada a forma como estes se viam *“enquanto pessoa*

continuo a ser exatamente a mesma pessoa” (A) “*Sou exatamente o mesmo, acho que seres sem abrigo não te tira dos teus objetivos, temos que olhar para isso como uma má fase*” (C). Estes resultados são congruentes com outros estudos que demonstram que as pessoas em situação de sem abrigo são capazes de manter os principais traços da sua identidade (Parsell, 2010; Boydell et al., 2000).

No que concerne aos restantes quatro entrevistados, as mudanças que sentem não se focam em traços da personalidade. A participante D relata a vontade de lutar “*O que mudou em mim foi que dá mais vontade ainda de lutar, de viver*”, outro explica que o seu tempo na rua foi marcado pela rebeldia “*quando vivia na rua era um rebelde. para mim caiu-me bem viver na rua*” (H), semelhante a outro participante, que ainda menciona a falta de responsabilidade e de consciência sobre a sua situação quando estava na rua “*(...) sem ninguém e sem responsabilidades, não pensava, só pensava naquilo, tinha dinheiro “mais uma cerveja com os amigos” eu sinto-me diferente comigo próprio porque ensinou-me que devemos pensar no que é melhor para nós*” (J). É de salientar que o participante que vive há mais tempo na rua refere-se ao comodismo e habituação à sua condição “*Levo melhor a situação do que certas pessoas, já tou habituado. Para mim dormir na rua ou numa cama é igual, igualíssimo*” (G). Neste sentido, os autores Rosa, Cavicchioli e Brêtas (2005) encontram uma associação - quanto mais tempo de permanência na rua, menor a probabilidade dos sujeitos conseguirem sair desta condição.

3.1.3 Aprendizagens consequentes da condição de sem abrigo

Nesta subcategoria, apenas um participante (K) não reporta nenhuma aprendizagem intrínseca à sua condição “*Não aprendi nada, olhe podia aprender a ser vagabundo se tivesse aptidões para isso*”. Os restantes participantes expõem discursos que se centram em aspetos construtivos inerentes à condição de sem abrigo, como o aprimoramento de certas competências. Diversos estudos tomam a perspetiva da vivência de rua enquanto uma experiência que desenvolve competências e valores (Bender et al., 2007; Jesus, 2008; Jesus & Menezes (2010); Kidd & Davidson, 2007).

Neste sentido, o desenvolvimento da astúcia realça-se como aprendizagem para cinco indivíduos “*Olhe, estou a aprender a viver, a viver. Há muitas vezes que há coisas que temos que inventar do nada, aprendemos a desenrascar. Aprendi a usar a minha imaginação para conseguir sobreviver*” (B), “*viver na rua é uma sobrevivência, tens que saber sobreviver, principalmente aos teus companheiros que se encontram na mesma*

situação porque todos temos problemas. **Aprendes a ser esperto**, encontras-te com situações que nunca te encontraste na vida e tens que te manter ali, ou caís ou manténs-te” (C) “Com esta minha história, aprendi que realmente nem tudo são um mar de rosas, temos que saber sofrer um bocadinho, viver aquela vida que a gente nunca tinha imaginado, **aprender a desenrascar para sobreviver**” (D). Na literatura, estes resultados parecem ir ao encontro de Jesus e Menezes (2010) e Silva (2007) que apuram o desenvolvimento de diversas competências de resolução de problemas para sobreviver neste contexto, inclusive a capacidade de recorrer aos recursos existentes no meio que estão inseridos, tal é notório no discurso do seguinte participante “*Ser sem abrigo é uma coisa que nunca vou esquecer, é bom a gente lembrar o que passamos, olhe **aprendi a mexer-me para conseguir comer***” (J).

O estudo de Kidd e Davidson (2007) revela que os participantes reportam que se tornaram mais respeitadores e humildes, isto também é expresso pelas narrativas dos participantes E e H: a humildade - “*Foi uma forma de me abrir os olhos... Quando os meus pais eram vivos, não me faltava nada, comprava o que me apetecia quando me apetecia. Agora, **agora aprendi a dar mais valor, a ser mais humilde**, não é esbanjar dinheiro como esbanjava. Olhe, aprendi a gerir o dinheiro e a dar valor*” (E); e o respeito - “*Muito, eu sabia pouco antes de viver na rua. É necessário nos resguardamos a nós próprios, **aprendi a respeitar e ser respeitado***” (H).

É de salientar o comentário do participante G, este também encara a vivência da rua como uma aprendizagem, idêntico à maioria dos participantes, mas realça um aspeto peculiar, descrevendo como uma experiência rotineira e semelhante ao quotidiano de quem tem uma habitação “***Aprende-se todos os dias, sempre**. Viver na rua é respeitar os outros, é ser respeitado, dormir na rua ou num quarto tenho que fazer a mesma vida. De manhã tenho me levantar, arrumar as coisas, deixar o lugar limpo e **fazer uma vida normal como outra pessoa qualquer, como outra pessoa qualquer***” (G).

3.2 Cidadania

3.2.1 Significado atribuído à cidadania

As respostas de cinco entrevistados associam a cidadania a direitos e deveres, mas não exploram muito mais. No entanto, dois inquiridos enfatizam o cumprimento de deveres e reivindicação de direitos, nomeadamente “***Nós temos que saber ser um cidadão, cumprir***

com as nossas regras, não sermos rebeldes, sabermos reclamar de forma correta os nossos direitos” (H), e J que se foca em concreto no direito à habitação, que deve ser transversal a todos os cidadãos portugueses, “*Só que há muitas maneiras de um cidadão fazer as coisas que deve fazer e a gente tem os nossos direitos e os sem abrigo também têm os seus, mas muitas vezes não cumprem aquilo que lhes cabe a eles. Um cidadão tem direito a uma habitação, eu não vejo nada*”. Denota-se que é referido por vários autores que a violação do direito à habitação implica que outros direitos sociais assegurados pela existência de uma habitação também não sejam garantidos (Lynch & Cole, 2003; Lopes & Mendonça, 2009; Aldeia, 2014).

Os restantes seis participantes centraram-se nos deveres, em particular o respeito e compreensão com os outros, “*tentar sermos boas pessoas dentro da comunidade*” (A), “*Ora bem, ajudar os outros, ter educação com as pessoas. Cada um é que faz a sua cidadania*” (C) e “*aceitá-los como são e tentar ajudá-los também, isto é ser cidadão*” (D). Contrariamente, não é atribuído nenhum valor à cidadania por apenas um participante: “*Ser cidadão não significa nada... nada, eu não tenho culpa de ter nascido aqui, epá e se a vida corre bem, maravilha, se a vida corre mal, como aos sem abrigo, pior*” (K).

3.2.1.1 Deveres com a sociedade

Quando interrogados sobre os seus deveres, apenas um participante menciona que não deve nada à sociedade pois esta também não lhe retribui de nenhuma forma, “*Se a sociedade a mim não me dá nada, para que é que eu hei de ter deveres com a sociedade? Eu tenho deveres comigo próprio, não é com a sociedade quer dizer eu não tenho nada haver com a sociedade*” (G).

O trabalho, aparece no discurso de um entrevistado, como forma de contributo para a sociedade, afirmando “*tenho é que voltar a trabalhar outra vez porque assim também posso ser uma mais valia para a sociedade*” (A). Assim, A compreende o trabalho como fonte de sentimento de pertença e utilidade na sociedade, o mesmo é referido num estudo de Karabanow e colaboradores (2010), o qual concluiu que o trabalho fornece um sentido de cidadania que auxilia o sentimento de inclusão na sociedade.

Os restantes nove participantes enumeram o respeito pelos outros como o principal dever de todas as pessoas: “*Se eu me quero manter na sociedade, eu tenho que primeiramente, respeitar os outros para ser respeitado ok? Tenho que ter educação com as pessoas para que as pessoas saibam que sou sem abrigo mas sei estar nos meus sítios*”

(C), “(...) *respeitar as pessoas, falar com as pessoas educadamente, tentar fazer compreender essa gente que não somos bichos e que temos os nossos direitos*” (D) e “*Eu respeito as pessoas para ser respeitado, se eu falo com educação com a pessoa, mesmo sendo sem abrigo, a pessoa também me deve respeito*”. Pelos seus discursos, evidencia-se a utilização de comportamentos cívicos, como o respeito e a educação como meio de manterem a credibilidade e dignidade perante as restantes pessoas.

Por fim, o participante J ainda refere como dever de cada pessoa, nomeadamente dos sem abrigo, a promoção do autocuidado “*Nós próprios não nos ajudamos a nós, temos o dever de sabermos cuidar de nós próprios e dos nossos direitos*”.

3.2.1.2 Direitos

No que diz respeito ao exercício da cidadania alusivo aos direitos, o grupo de participantes divide-se, seis entrevistados sentem os seus direitos assegurados e cinco não. Relativamente ao grupo de entrevistados que sentem os seus direitos assegurados, não desenvolveram muito mas evidencia-se o comentário de um participante “*Sim, estão assegurados os meus direitos, nós também é que temos procurar saber quais são os nossos direitos e ter acesso a eles. Eu sei falar de mim, os meus direitos são respeitados, os dos sem abrigo em geral, lá está, cada um constrói o seu mundo*” (C), que apela à responsabilidade individual de cada PSS saber procurar os seus direitos.

No grupo de participantes que não sente os seus direitos respeitados, as suas justificações são variadas, sendo que um dos participantes culpabiliza-se pelo incumprimento dos seus direitos: “*às vezes vou tratar das coisas e um gajo não é respeitado nem nada. Não são respeitados porque eu também não me faço à vida, eu devia andar mais em cima, são as minhas coisas, interessam-me a mim e ver o que é melhor para mim*”(I). De salientar que a narrativa deste participante vai ao encontro do comentário de C, mencionado acima.

Por outro lado, as duas participantes do sexo feminino sentem os seus direitos desrespeitados devido à discriminação adjacente à condição de sem abrigo, “*Não são não, então esta ambulância que se negou a levar um sem abrigo ao hospital, a levar doentes ao hospital?*” (F) e “*Não eram respeitados os meus direitos. Por exemplo, ser aceite nos sítios que nos devem aceitar e ajudar naquele momento mais crítico da nossa vida, as instituições, não eramos*” (D).

Neste sentido, torna-se pertinente a alusão ao estudo de McBride (2012) que comprovou que as pessoas em situação de sem abrigo apresentavam discursos sobre a forma como sentiam que não tinham os mesmos direitos e privilégios que a restante população. Ainda nesta linha de pensamento, noutro estudo, a diferença mais acentuada entre os serviços que os sujeitos requeriam e aqueles que efetivamente recebiam, verificou-se no apoio de informação e proteção dos direitos dos mesmos (Sousa & Almeida, 2001).

3.2.2 Redes de suporte

Esta categoria procura explorar quais são as redes de suporte dos indivíduos, para compreender o tipo de apoios que recebem enquanto PSS, desde a família, pares até às instituições direcionadas a esta problemática.

3.2.2.1 Relacionamento e apoio familiar

Todos os participantes referem que ainda têm família, exceto o participante C “*Venho de uma família mas não a tenho presente, nem sei quem são*”. Os restantes dez participantes que ainda têm família: apenas uma refere que tem o apoio de uma irmã caso necessite, consoante as possibilidades da mesma, “*A minha irmã e as minhas filhas, é o que considero a minha família mais chegada ao coração. Posso contar com o apoio da minha irmã dentro do que ela pode*” (D); quatro não recorrem ao apoio da família por opção própria, “*A minha família quando soube, ralhou comigo “porque é que não falaste connosco, nós ajudávamos” mas eu não gosto, prefiro estar sozinho do que chateá-los, eu tenho os meus problemas e eles têm os seus*” (E), “*Eu fiquei na rua porque quis porque a minha família podia ter me ajudado, se eu deixasse*” (I), “*Só não estou com um irmão meu porque não quero. (...) Não sou muito de mexer com a vida dos outros. Gosto das minhas regras. Nem eu me quero que se preocupem comigo, nem eu com eles.*” (G) e ainda “*normalmente, não estou com os meus irmãos, e não conto com o apoio deles porque nem quero obedecer às regras, eu podia estar a viver com algum deles mas não quero conviver com as regras*” (K). Estes resultados estão em congruência com a conclusão do estudo de Costa e Oliveira (2015), o qual evidenciou que os participantes preferem morar na rua do que procurar ajuda da família; e os outros 5 entrevistados indicam que a família não é uma fonte de suporte, “*(...) a família queria lá saber*” (F), “*Não tenho, nem quero. A minha mãe, o meu pai, irmãos, é uma família desestruturada desde o início*” (B).

Assim, os laços de filiação e de parentesco de quase todos os indivíduos são muito reduzidos ou mesmo inexistentes, o que também é confirmado num estudo de Rosa e Guadalupe (2015). O estudo de Portugal (2006) revela que a perda deste tipo de laços, numa sociedade portuguesa, onde os laços familiares constituem uma base muito relevante de pertença social, afeta o nível da socialização, proteção, e construção identitária dos indivíduos (Paugam, 2009).

3.2.2.2 Apoio dos pares

No que concerne ao apoio dos pares, os resultados indicam que quase todos os participantes não consideram os companheiros de rua como amigos íntimos ou como fonte de suporte. Pelo contrário, referem-se aos mesmos como conhecidos, com quem partilham o tempo que estão na rua, preferindo a solidão para evitar conflitos. Deste modo, sete entrevistados consideram os pares como meros conhecidos, *“Tenho conhecidos, não tenho amigos. Passo o dia com outro sem abrigo, mas é meu conhecido. Na rua, não há amigos”* (G), e *“Não não, não tinha amigos, por exemplo, amigos só ajudavam a estragar-me”*. Conclui-se que as próprias PSS preferem resguardar-se do seu próprio grupo de pares, como forma de auto preservação para manterem-se distantes de confusões, *“Não andava sozinho, também tinha os meus companheiros mas não eram meus amigos, há uns que só querem gamar o outro. Quando tive na rua, queria era olhar por mim, não queria confusões, escondia-me ao máximo”* (H). Esta conclusão está de acordo com a descoberta de Boydell e colaboradores (2000) que identificaram como estratégia de *coping* a interioridade, como forma desta população evitar conflitos. Ademais, noutros estudos (Lopes & Mendonça, 2009; Thanem, 2011; Wassermna, Clair & Platt, 2012) também se verifica este afastamento com os pares. Este distanciamento dos pares é interpretado num estudo de Snow e Anderson (1987), com 202 pessoas em situação de sem abrigo, como forma destes indivíduos manterem a sua dignidade.

No que diz respeito aos restantes quatro entrevistados que consideram ter um grupo de amigos, é de salientar que são pessoas que não pertencem ao seu grupo de pares, *“Tenho muitos amigos porque se não tivesse esse tipo de amizades, 186 euros não dá para nada. Mas tenho esses amigos porque sou sem abrigo na minha terra”* (K) e *“Tenho gente assim, tudo ex voluntários que conheci nas carrinhas. Tenho esses amigos porque sei falar, tenho educação, não aparento cheiros, posso entrar em qualquer lado.”* (C).

3.2.2.3 Apoio institucional

Esta subcategoria é dedicada ao conteúdo referente ao contato e opiniões dos sujeitos sobre as instituições de cariz comunitário, destinadas a esta população.

3.2.2.3.1 Conhecimento e experiência institucional

Os resultados demonstram que todos os entrevistados têm conhecimento sobre as instituições que se dedicam à prestação de serviços às PSS, inclusive *“não recebe ajuda quem não quer”* (F) e o comentário de outro entrevistado *“enquanto não me preocupei comigo próprio não sabia de nada mas a culpa era minha”* (J). Os relatos dos indivíduos evidenciam que as respostas existem e estão ao dispor desta população. Porém, a maioria dos participantes revelou evitar recorrer aos serviços, sempre que possível. Estes resultados são coerentes com Costa e Oliveira (2015), os quais verificaram no seu estudo no Brasil que apenas uma parcela da população em situação de sem abrigo, quando sente necessidade, recorre às redes institucionais disponíveis. Esta resistência aos serviços assistencialistas é justificada por alguns autores como forma destas pessoas manterem a sua identidade, autonomia e dignidade (Snow & Anderson, 1987; Wagner, 1993; Wassermna & Clair, 2010).

Relativamente à experiência institucional dos indivíduos, todos os participantes já estiveram institucionalizados, à exceção de dois, apesar de usufruírem dos serviços alimentares da associação, *“Não, não quero cá instituições nem albergues, eu sou da rua”* (G) e *“Não, não, só venho aqui comer”* (K). Dos restantes nove participantes, seis já estiveram num Albergue, pelo que apenas um (C) encontra-se actualmente a viver lá, dois frequentaram o mesmo abrigo e um (J) já frequentou ambas as instituições.

Posto isto, os oito participantes que frequentaram o albergue, quase todos (sete) relatam que não gostaram por duas razões distintas: as regras (três), nomeadamente horários de entrada e saída *“não gosto de ter horários, isto para mim confunde-me, uma pessoa que foi livre toda a vida”* (C), *“estava se lá melhor do que na rua mas preferia a rua, por causa de regras, não gostava nada, que eu sou muito vadio e gosto muito de andar à noite”* (I); *“temos horário para entrar, temos horário para sair, tanto faz ser chuva como sol, era quase como uma prisão mas tinha que me aguentar, não tinha outra alternativa. Sai por livre vontade, vim para a rua”* (H); e pelo ambiente da instituição (três), *“isto aqui é mau, é muito mau, tens que andar com pés de algodão mesmo, se dás um toque num, ele vai se passar”* (C), *“o ambiente aqui é muito mau, muitos preferem na*

rua, é muita confusão” (F). Segundo Costa (2005), as regras estabelecidas neste tipo de instituições para manter a organização e bom funcionamento das mesmas direcionam uma parte da população sem abrigo ao abandono destas instituições, ainda complementar a isto, Vieira, Bezerra e Rosa (2004) defendem que os horários limitados e o caráter disciplinador e repressivo de alguns abrigos contribuem para a preferência pela rua por parte desta população, reconhecendo na rotina das ruas uma maior liberdade (Costa & Oliveira, 2015). No entanto, um estudo de Almeida e Sousa (2001) num abrigo de Lisboa, evidenciou que a maioria dos participantes considerou que as regras existentes eram adequadas, pelo que até apelaram à necessidade de mais disciplina, segurança, respeito e sanções mais rigorosas no caso de incumprimento das regras. Porém, no mesmo estudo a maioria dos participantes estabeleceriam outro horário de funcionamento, o que corrobora os resultados desta investigação, pois o horário de funcionamento foi uma crítica apontada por quase todos os participantes.

O participante que frequentou ambas as instituições também não gostou da sua experiência no albergue, referindo que no abrigo esteve muito melhor, *“Fui tratado bem pelos profissionais mas o abrigo é bem melhor, não tem nada a ver. Não gostava de lá estar no albergue, por causa do ambiente e as condições, porcas e não se respeitam. O albergue é diferente do abrigo, durante a noite fazem barulho, depois há drogas, enquanto que no abrigo é diferente, são instituições diferentes”* (J). Dos restantes dois participantes que frequentaram o abrigo, ambos descreveram a experiência como positiva, *“não tenho nada a apontar, impecável”* (E) e *“apesar de não gostar das regras, era bom”* (B).

É de salientar, o cariz diferente destas duas instituições, por um lado, o albergue é uma instituição que acolhe todo o tipo de pessoas em situação de rua, ao contrário do abrigo que apenas aceita pessoas já numa fase de procura ativa de emprego e sem consumos. Por esta razão, pode-se justificar, sem resultados significativos, todos os participantes que frequentaram o albergue qualificarem a sua experiência como negativa, visto que os seus utentes têm os mais diversos problemas e encontram-se em diferentes fases de reinserção social, o que resulta num ambiente mais hostil e propício a confusões. Contrariamente ao abrigo, cujos beneficiários estão comprometidos com um mesmo objetivo, encontrar um trabalho.

3.2.2.3.2 Melhorias nas instituições percebidas pelos sem abrigo

Apenas dois participantes sentem que o funcionamento das instituições dirigidas aos mesmos não necessita de mudanças, “*acho que funcionam bem*” (E). Ainda, outros dois atribuem a responsabilidade das mudanças necessárias aos profissionais que diariamente lidam e conhecem esta realidade, “*Os profissionais e os serviços é que lhe podem dizer o que é preciso mudar*” (H) e “*eles é que sabem das regras*” (C). A forma de estar e de se comportarem nas instituições foi apontada por quatro participantes como a principal mudança: “***É o respeito, não é de quem trabalha, é dos que vivem, têm que mudar a sua mentalidade, que eles julgam que eles é que estão a fazer um favor ao albergue e que não é o albergue que está a fazer um favor a eles***” (G); “***Somos nós. Temos que fazer daquilo como se fosse nosso, principalmente ter higiene e cumprir o que se tem que cumprir e muita gente não quer***” (J) e “***Nós sem abrigo, é que também precisamos de nos sujeitar às regras das instituições e a maior parte não gosta é das regras***” (K).

Uma das participantes teve uma opinião peculiar e interessante, a necessidade de mais aconselhamento psicológico aos utentes, referindo que “*Tentar ajudá-los mais e tentar fazê-los compreender que não é bem aquilo que eles têm na mente que devem fazer porque eu sei, tenho quase a certeza que há muita gente que podia estar bem como eu estou agora mas muita gente pensa noutras coisas que não deveriam, estou a falar de drogas e álcool*” (D). A participante F focou-se na necessidade de investir em alojamento para estas pessoas devido à carência de instituições para pernoita tendo em conta a dimensão da problemática “*Estão lá não sei quantas casas paradas, caramba e tantas casas do estado que estão aí fechadas e podiam fazer como aqui, mais albergues e tudo, mais sítios para os sem abrigo*” (F).

Por último, o entrevistado C coloca a questão da intimidade pessoal nestes locais, “*quem é que gosta de partilhar um quarto com outros? Não gosta, tem que ir para casa de banho para trocar de roupa... É muito pouco íntimo, não dá para mim*”, a questão que este participante coloca, foi identificada por diversos participantes no estudo de Sousa e Almeida (2001), a falta de privacidade foi anotada como o aspeto mais difícil da experiência institucional.

3.2.3 Sistema de Saúde

Esta categoria diz respeito ao contato dos participantes com o sistema de saúde e respetivas opiniões acerca do mesmo.

3.2.3.1 Direitos à Saúde

Os resultados indicam que todos os participantes estão inscritos no centro de saúde e possuem uma médica/o de família, à exceção de um porque *“Quando tenho algum problema, resolvo eu, sou daqueles que sou apologista que as pessoas só vão ao médico quando estão nas últimas”*, apesar de outros quatro participantes usufruírem de médico de família, também não têm os cuidados devidos com a sua saúde *“Não serão bem respeitados mas se calhar, eu também me arrumo para um canto, a maior parte das vezes, espero que a doença passe”* (K) e *“Andava até à última, se tivesse doente, não ia ao médico, deixava-me andar e havia de passar”* (I).

Posto isto, estes resultados encontram-se congruentes com um estudo que procurou investigar o significado de saúde e doença desta população, o qual evidenciou que a maior parte destas pessoas apenas procura os serviços quando o problema é grave e urgente (Aguiar & Iriart, 2012). Estes resultados podem ser explicados pela prioridade desta população pela garantia da sua sobrevivência, como a procura de alimentos ou de formas de subsistência, em relação aos cuidados com a saúde, sendo que a procura de ajuda apenas acontece quando o corpo já não consegue fazer face à luta pela sobrevivência (Paiva et al., 2016). Por outro lado, oito participantes sentem os seus direitos à saúde assegurados e dois como não têm muito contato com os serviços, não se sentem no direito de se pronunciar sobre o assunto.

3.2.3.2 Perceções relativas aos profissionais de saúde

No que concerne à forma como esta população é recebida nos serviços de saúde, todos os participantes evocam serem bem recebidos e não sentir diferenças no atendimento. Estes resultados não estão de acordo com um estudo de Paiva e colaboradores (2016) que evidenciou que o acesso a estes serviços já é difícil para qualquer cidadão, no caso desta população em específico, existem fatores agravantes, nomeadamente a apresentação destes indivíduos aquando da procura por ajuda pode resultar que sejam vítimas de discriminação por parte dos profissionais. No entanto, dois inquiridos referem sim sentir esta discriminação, *“hospital vão ver na ficha “sem abrigo” e já somos maltratados. porque as pessoas pensam que por ser sem abrigo, podem descartar, por isso sinto diferença sim”* (B) *“os sem abrigo, são tratados de forma diferente na saúde”* (F), inclusive esta participante retratou duas situações que foram negados cuidados a duas PSS devido, na opinião da participante, à mera condição dos mesmos.

3.2.3.3 Melhorias no Sistema de Saúde percebidas pelos sem abrigo

No total, oito participantes não identificam nenhuma mudança necessária nos Serviços de Saúde, nomeadamente dois (E e A) porque reconhecem o bom funcionamento do Sistema de Saúde. Por outro lado, seis participantes acham que a mudança para um melhor acesso dos sem abrigo ao Sistema de Saúde tem que começar por eles, *“As pessoas de vez em quando é que se desleixam e não vão ao médico (...) e sendo sem abrigo, ainda pior”* (G), *“É preciso que as pessoas cumpram, (...) a maior parte deles não cumpre, os sem abrigo não tratam de si também como deviam”* (H), *“Nós é que temos que ter o cuidado de tomarmos conta de nós próprios, muitos não querem dormir no albergue, preferem dormir no jardim e sujeitam-se à chuva e ao frio porque querem e ficam doentes porque querem”* (J). Como já citado anteriormente, esta é uma população que prioriza as suas necessidades básicas, em relação às questões de saúde (Aguiar & Iriart, 2012; Paiva et al., 2016) e que recorre raramente aos serviços de saúde (Varanda e Adorno, 2004).

Apenas três participantes referiram mudanças específicas na estrutura do sistema de saúde, especificamente a empatia e sensibilidade dos profissionais de saúde, *“Humanismo para com eles. Uma falta de humanismo, tratam as pessoas como lixo, é lixo mas é lixo humano e é preciso ter consideração pelo lixo humano, mas fazem isto com estas pessoas que não se sabem defender porque já estão de tal maneira destruídas que já nem se defendem”* (F) *“é preciso mais tato com os utentes, não só com os sem abrigo, mas como estamos numa situação mais sensível, é preciso ainda mais cuidado”* (K). Neste sentido, alguns autores defendem que os profissionais de saúde muitas vezes não têm o treino, conhecimento e experiência necessários para trabalhar com esta população, uma vez que não estão conscientes das suas particularidades e cedem a crenças estigmatizantes acerca da mesma (Paiva et al., 2016; Hwang et al., 2010). A participante D ainda evidencia como responsabilidade dos profissionais, provocar o *insight* nos participante e promover o autocuidado dos mesmos, *“Andar em cima deles e fazê-los perceber que se querem ter melhor saúde ou a saúde melhorar, também melhorar eles próprios o sitio onde eles podem estar, fazê-los ver que a solução para a sua saúde é cuidarem de si”*.

3.2.4 Forças Policiais

Esta categoria dirige-se às forças policiais, com intuito de perceber como é o contato entre esta entidade pública e esta população.

3.2.4.1 Atitudes na interação com as forças policiais

Quase todos os participantes não sentem diferenças devido à sua condição na forma como são tratados pela polícia (oito), *“os policias às vezes abusam do poder mas penso que isto vai de cada pessoa, não acho que os policias tratem pior os sem abrigo”* (A) e *“Acho que a farda é que não faz o policia, o policia é que faz a farda, são humanos como nós”* (C). No entanto, destes oito entrevistados, dois realçam o cuidado que as PSS devem ter para não se exporem a problemas com a polícia, *“Para quem se põe a jeito, tem problemas com eles”* (G) e *“Acho que tratam igual como as outras pessoas, nós é que temos mais problemas e estamos expostos, então se calhar eles mais facilmente vêem-nos a fazer algo que não é suposto”* (H). Deste modo, os discursos da maioria dos entrevistados realça a relação com a polícia como tranquila, ao contrário do que indica a investigação de McBride (2012), que identifica diversas experiências negativas dos participantes em situação de sem abrigo com a polícia.

3.2.4.2 Melhorias na segurança percecionadas pelos sem abrigo

Quando questionados sobre a segurança desta população e potenciais melhorias da mesma, apenas um participante (B) coloca esta responsabilidade na polícia, este afirma, *“Penso que a policia devia preocupar-se mais em fazer sinalizações das pessoas que encontram a dormir na rua”*, pelo que outro participante *“Pode mas não é a policia que vai fazer isso, acho que tem que ser instituições como estas e se calhar em colaboração com a policia”* (K), apelando à hipótese de uma maior articulação entre estes dois tipos de entidades institucionais. É de salientar que a policia é uma das entidades responsáveis pela sinalização de pessoas em situação de rua segundo o ENIPSA (ENIPSA, 2018).

Os resultados indicam que sete participantes responsabilizam os sem abrigo pela sua própria segurança, veja-se C *“Segurança? Se tu queres ter segurança no mundo dos sem abrigo, tens tu que criar a tua própria segurança, se eu não quero ter problemas com eles, não os crio”*, *“A polícia não é para tomar conta dos sem abrigo, quando os sem abrigo fazem asneiras, põem-se a jeito de ter problemas com a polícia”* (E), *“Os sem abrigo é que têm que ter cuidado consigo próprios e manterem-se longe de problemas para não envolver a policia”* (I) e *“A primeira coisa é os sem abrigo, eles não têm os devidos cuidados, se fazem as necessidades assim em público, também não estão a respeitar a sociedade, claro que a policia é obrigada a atuar”* (J). Mais uma vez, a

opinião dos participantes centra-se no cuidado e responsabilidade desta população com a sua própria segurança.

O participante F é da opinião que a segurança desta população nunca pode ser garantida devido à condição em que se encontram pois *“Não é preciso mudar nada porque a segurança deles não pode ser garantida porque vivem na rua, nunca estão em segurança porque são pessoas mais frágeis e estão expostos aos perigos da rua, muitos daí basta dar um encontrão e roubam-lhes logo”* (F). Realmente, McBride (2012) defende que as pessoas que não têm a proteção de um local seguro para viver, como no caso das PSS, os seus direitos à vida e segurança, inevitavelmente, encontram-se sobre permanente ameaça.

3.2.5 Trabalho

Esta categoria destina-se ao papel que o trabalho desempenha na vida deste tipo de população.

3.2.5.1 Estratégias de sobrevivência económica

Nesta categoria, seis participantes recorriam a outras atividades como forma de obtenção de dinheiro. Alguns estudos indicam que é muito comum a procura por outras formas de sobrevivência, uma vez que devido à sua condição estes indivíduos sofrem uma rutura com o mercado de trabalho e as suas formas de subsistência socialmente aceites (Aguilar & Iriart, 2012).

Entre as atividades mencionadas pelos participantes: dois arrumavam carros *“Andava aí, arranjávamos dinheiro, muito dinheiro, prai uns 30, 40 euros por dia a arrumar carros, só que era chapa ganha, chapa batida, não dava para juntar dinheiro”* (I); uma era trabalhadora do sexo *“Andei a fazer asneiras, não mencionando, **andei a fazer asneiras... com o corpo**”* (F); dois arranjavam biscates *“quando havia uns biscoitos aproveitava”* (J), *“É um recado aqui, uma limpeza acolá, tenho pessoas que me ajudam porque é como lhe digo, porque eu nasci aqui porque se não fosse, **as pessoas não põem um sem abrigo em casa sem conhecer**”* (K); e um utilizava o recurso à mendicidade *“Eu muitas vezes vou ao lixo buscar comida. **O que faço é eu tenho lá duas latinhas, uma para a comida e outra para as obras, se as pessoas quiserem contribuir, deixam alguma coisa, como naquela zona passam muitos turistas, eles às vezes dão-me algum dinheiro**”* (B). Neste sentido, todas as atividades são mencionadas em diversos estudos como formas

de obtenção de dinheiro por parte desta população: um estudo de Pimenta (1992) que indica a mendicância e pequenos trabalhos informais, os “biscates”; e Karabanow e colaboradores (2010) que referem as atuações de rua, a mendicância e a atividade de arrumar carros como as principais formas de subsistência desta população.

No que concerne aos restantes participantes, o Rendimento Social de Inserção é a única fonte de sustento - *“é gerir o meu dinheiro do RSI, não ando para aí a pedir esmola”* (C), *“Não fazia nada, tive a sorte e o azar que quando me aconteceu isso de ter dinheiro, recebia já o RSI”* (E) e *“Sou como o cigano, vivo do meu dia a dia, mais nada. Vivo com aquilo que me dão que recebo o RSI e dá para o que dá”* (G).

3.2.5.2 Opinião sobre os trabalhos informais

Em relação à opinião dos entrevistados acerca deste tipo de trabalhos, a honestidade foi referida por seis participantes como um valor base para quem as pratica, nomeadamente sobre arrumar carros: *“É como tudo, eu ficava satisfeito, tanto me faz se um dá isto e outro aquilo “obrigada na mesma”. Porque é assim, **uma pessoa ser honesta vale muito, se formos honestos a arrumar carros, é um trabalho**”* (H); *“**Tratava-me bem, porque tinha educação e também não pedia nada, não davam se não quisessem**”* (I) e outra participante até referiu várias atividades praticadas por este tipo de população *“Não acho mal não, as pessoas não têm trabalho, arrumar carros ou mesmo vender o corpo, **vender postais são coisas honestas, não estão a enganar ninguém**”* (F). Para além disso, mais dois participantes realçam a importância da postura e do comportamento das PSS quando executam estes trabalhos *“É assim, desde que sejam **honestos**, não vejo qual é o problema, **está tudo da forma como somos e tratamos as pessoas**, porque já nos basta o rótulo”* (J), este mesmo participante ainda acrescenta *“às vezes eram mal tratados, havia pessoas que não davam gorjeta porque estavam drogados e assim, depois havia vidros partidos, é sempre dos mais pequenos que desconfiam, por isso temos que ter **educação**”* (J) e *“Tem a ver com **a forma como os sem abrigo falam e se comportam**. Se não se comportarem mal, corre tudo bem”* (K). Posto isto, o comportamento deles é considerado essencial para manter a credibilidade dos trabalhos informais, de forma a não corresponderem aos estereótipos dos quais sabem que são vítimas.

Ademais, sobre pedir esmola, quase todos os participantes (dez) não recorrem à mendicância e não concordam que o façam: *“**Nunca, não tenho espírito para pedir esmola, às tantas as pessoas andam a pedir a quem precisa mais que eles**”* (G) e *“**Eu não**”*

gosto muito pessoalmente, esse casal que lhe falei vivem de pedir, fazem chantagem emocional, mas isso para mim não é honesto. É assim, as pessoas podem pedir mas têm que ser verdadeiras” (B). Este resultado está de acordo com um estudo de Paiva e colaboradores (2016), este comprova que apenas uma pequena proporção da população sem abrigo recorre à mendicância como principal forma de subsistência. Este dado é relevante para desmistificar a concepção que as pessoas em situação de sem abrigo vivem da mendicância.

3.2.5.3 Procura ativa de trabalho

Nesta categoria, oito participantes revelam que procuram frequentemente trabalho e apresentam desejo de trabalhar: “Procuro sim, **estou me sempre a mexer**” (C); “Claro e **quando arranjo trabalho vou sempre**” (B) e “*Eu fartei-me de procurar trabalho menina*” (K). Deste modo, o estudo de Wassermna e colaboradores (2012) também realçou que todos os participantes apresentavam desejo de trabalhar, inclusive aproveitam qualquer oportunidade que surja. Esta procura ativa e desejo de trabalhar tornam-se relevantes para contrariar a ideia estereotipada das PSS como indivíduos inativos, preguiçosos e incapazes de ação positiva e de trabalho (Aldeia, 2013).

Os três restantes participantes que não procuram trabalho, não o faziam deliberadamente “*Não, não, desliguei completamente*” (I), “*Pois, o trabalho que me procure a mim*” (G) e “*Não procurava não mas andava no centro de emprego, caso chamassem*” (H).

3.2.5.4 Perceção de oportunidades de trabalho e importância do mesmo

Nesta categoria, somente quatro entrevistados consideram ter oportunidades de trabalho, “*claro, só falta surgir algo*” (A), “*Evidente que sim*” (C) e “*Tenho, preciso é de uma oportunidade*” (I).

Os sete participantes que consideram não ter oportunidades de trabalho, as suas justificações divergem. Deste modo, vários estudos vão ao encontro deste resultado, detetando como dificuldade acrescida a procura de trabalho por parte desta população (Bento & Barreto, 2002; Lopes & Mendonça, 2009; Rosa, 2012). O fator idade é utilizado como explicação por cinco participantes, “*Com a idade que tenho, já não tenho oportunidade. Os trabalhos que nós passamos quando somos novos, o dormir na rua e tudo, o tratamento que nós damos ao corpo em novos, mais cedo ou mais tarde, repercute,*

tudo repercute” (F) e *“Já não tenho idade para o trabalho, tenho 66 anos menina **mas antes, a conversa era sempre a mesma, era muito velho já para o trabalho.**”* (H), *“Penso que a idade também já era alguma e deviam querer pessoas mais novas e dentro do ramo”* (J), *“Desde 2004, o que me diziam era **“você é muito velho para o trabalho mas muito novo para a reforma”*** (K). É de salientar que a média de idades dos participantes é de 54,45, isto é, é considerada uma amostra que já apresenta uma idade avançada para o trabalho, como um participante afirma *“sou novo para a reforma e velho para o trabalho”* (K), daí os entraves destes participantes em encontrar trabalho. Posto isto, Antunes (2012) fala sobre a exclusão do mercado de trabalho de trabalhadores considerados idosos, com 40 anos ou mais, que quando excluídos do trabalho, dificilmente voltam a integrar este mercado. Assim, a idade é um fator que intensifica o processo de exclusão destes indivíduos (Lussi, Ricci & Pinho, 2017).

Para além do fator idade, dois participantes referem mais duas razões: a acomodação à situação e o contentamento com o RSI *“E falo por mim, era aquela coisa, tínhamos sempre aquele bocado todos os meses, do RSI, pagava à ami e ficava sempre com algum e pensava **“oh já tenho alguma idade, para que é que vou tar com coisas?”**, a pessoa acomodava-se”* (J).

Ademais, três participantes atribuem a falta de oportunidades à ausência das condições básicas necessárias para manter um trabalho, *“depois também não tinha condições, andava aí na rua, andava mal vestido, roupa suja, andava todo abandonado e **depois para trabalhar, tinha que ter o mínimo de condições para chegar a casa, tomar banho etc**”* (I) e o inquirido B afirma *“porque as pessoas dizem **“vão trabalhar”** mas as pessoas esquecem-se que para trabalhar temos que comer, que é sem abrigo ou não tem dinheiro para comer. **Para trabalhar precisamos de ter um suporte**”*. As narrativas destes participantes são congruentes com a dependência que existe entre o trabalho e a habitação, pois *“não ter habitação diminui drasticamente a possibilidade de aceder ao emprego e não ter emprego torna mais difícil manter a habitação”* (Aldeia, 2011, p. 80).

É de realçar que o participante B também refere a discriminação que esta população é vítima como um entrave na procura de trabalho *“é assim as pessoas precisavam de mudar a mentalidade porque têm que nos dar uma oportunidade, **somos logo julgados por sermos sem abrigo e se calhar somos melhores do que os empregados que têm, mas não, continuamos a ser sem abrigo e pessoas que não gostam de trabalhar**”*.

Apenas cinco participantes atribuem o trabalho como uma solução para as suas situações, “*Claro que ter um trabalho ajudava e muito a resolver a minha vida*” (A), “*Claro que ajudava mas era um bom trabalho e que me pagassem direitinho para poder sair da minha situação*” (B). Ainda, o comentário de A “*uma pessoa que tenha trabalho deixa de ser sem abrigo*” evidencia o trabalho como meio de integração na sociedade (Lussi, Ricci & Pinho, 2017). Tais resultados estão de acordo com várias investigações que atribuem ao trabalho um agente central para estas pessoas conseguirem abandonar a condição de sem abrigo (Rosa, 2012; Silva, 2011; Jesus, 2008; Lucci, Ricci & Pinho, 2017).

Por outro lado, a maioria dos participantes não vê o trabalho como uma solução para a sua situação (seis), “*Não é o trabalho que resolve a vida, eu vejo muita gente aí desgraçada e está a trabalhar*” (G), três destes, como já apurado anteriormente, não consideram como solução devido à idade avançada, “*Claro que resolvia mas era de mais de trás, agora não faz diferença*” (H), “*agora que tenho 60 anos, o trabalho já não é solução*” (I).

O participante J, apesar de reconhecer a importância do trabalho na vida desta população, também alerta para a importância de uma rede de suporte como fonte de motivação “*pode resolver a vida mas se tiver sozinho, isolado, não tem companhia, uma pessoa parece que não mas desanima*” (J). Neste caso, é relevante referir que este participante até conhecer a sua companheira na rua, não se interessava por sair da sua condição. Neste sentido, Kidd e Davidson (2007) também destacam no seu estudo os parceiros como fator que influencia e pontecia o desejo de sair da rua dos participantes.

Ainda, a resposta de F “*Não, não... Acho que primeiro tratar da cabeça deles e perceber se foi por opção deles que acabaram na rua ou se foi por abandono das famílias*”, ressalva a importância de compreender o fenómeno e a peculiaridade de cada caso para que seja possível solucioná-lo.

3.3 Sociedade

3.3.1 Papel dos sem abrigo na sociedade

O grupo de participantes respondeu de forma muito heterogénea a esta categoria. No geral, dez defendem que as PSS têm um papel na sociedade, à exceção de um sujeito

“Não... o sem abrigo vai ter o quê na sociedade? Às vezes nem um buraco tem para dormir” (K).

O participante A concebe que todos têm um propósito, sendo que uns têm boas intenções e outros não: “*Todos eles têm um propósito mas lá está, uns têm um propósito bom e outros já não. Porque há uns que, prontos, são sem abrigo mas estão a tentar lutar pela vida para deixar de ser e outros têm um propósito mau porque são sem abrigo mas querem mesmo ser sem abrigo*” (A) e “*Eles existem mas há uns que não se importam de nada*” (H); e o participante B vê a população sem abrigo como forma de acolher aqueles que não sabem estar na vida “*O propósito existe **porque há pessoas que coitadas, não têm maneira de viver, há pessoas que não sabem estar na vida, olha a rua acolhe-te***”.

Ademais, três sujeitos encaram o fenómeno dos sem abrigo como uma expressão de pobreza e exclusão social, inclusive como forma de alerta “*Olhe só se for para que as pessoas, para alertar as pessoas e o estado também que a miséria existe, que a fome existe e por aí*” (I); “*Talvez as pessoas se reverem um bocadinho em nós e tentarem ser melhores, talvez isso*” (F) e “*Acho que os sem abrigo têm um propósito, demonstrar que o sem abrigo faz parte da sociedade, é um cidadão como outro qualquer mas demonstrar que existem cidadãos que são desvalorizados*” (E). As narrativas destes indivíduos podem ser entendidas na lógica de Stangor e Crandaal (2000), os quais defendem que as pessoas em situação de sem abrigo, apenas pela sua presença, inevitavelmente incitam crenças básicas, ideologias, valores e uma reflexão sobre como a ordem social, económica e política funciona.

Ainda, dois entrevistados centram o propósito dos sem abrigo como uma população que apesar da sua condição, dá a sua contribuição para a sociedade, através de determinadas ações “*Claro que tem, claro que tem, eu já vi um sem abrigo a ajudar uma pessoa normal, normal quer dizer, noutra situação de vida, contribuímos para alguma coisa sempre. E já vi também sem abrigos a discutir com outros sem abrigos por discutirem ou tratarem mal as namoradas*” (C) e “*É assim, um sem abrigo não é preciso mas são seres humanos na mesma, há sem abrigos que andam, a fazer carretas, quem é que vai ganhar 1,50 por um carreta? Pouca gente quer fazer isso, sem ser sem abrigo, e assim estão a ajudar a sociedade*” (B).

O participante J “*Têm, é encher os bolsos desses, não é todos mas a maior parte. Nós pagamos 25 euros por mês, fora o que a segurança social pagava por cada cabeça, era muito dinheiro que entrava lá*”, este participante atribui o propósito dos sem abrigo como

uma forma de desviar dinheiro. Pelo contrário, o participante D coloca o propósito dos sem abrigo como uma forma de cultivar a ajuda ao outro, ***“O propósito deles é viver, ser ajudados por aquelas pessoas que sabem, que podem, que têm competências suficientes para ajudar”*** (D)

3.3.2 Significado atribuído à condição de sem abrigo e identificação com o rótulo

Nesta categoria, os participantes apresentaram respostas muito diferentes mas todos caracterizam a experiência de rua como dolorosa, terrível, triste, desagradável, difícil e complicada. Esta experiência como difícil e negativa para os participantes é referenciado exaustivamente pela literatura (Jesus e Menezes, 2010). O participante A apesar de reconhecer o caráter desagradável da sua situação, também refere ***“No entanto, também temos uma certa liberdade”*** (A), em particular outro participante através de duas palavras resume o significado de viver uma situação de sem abrigo, ***“Ser sem abrigo é ser livre”*** (G). Deste modo, este reconhecimento da liberdade como característico da experiência de sem abrigo é denotado no estudo de Costa e Oliveira (2015), onde é reconhecido pelos participantes uma maior liberdade no quotidiano da rua.

Do total dos 11 entrevistados, cinco participantes centraram-se na carência da satisfação das necessidades básicas de quem dorme na rua: ***“Dormir na rua ao frio, às vezes nem comem e andar a correr de um lado para o outro”*** (I); ***“Ainda mais agora neste tempo, quem é que pode andar na rua a viver? É só gatunos, é só roubo, batem às pessoas, é só drogas”*** (H); ***“Porque eu não tinha o que comer, onde dormir, às vezes as pessoas deixavam os cobertores nas cordas e eu ia lá tirar para me enrolar”*** (F); ***“Principalmente nos dias frios de inverno e a gente ter umas coisinhas para guardar e não ter onde”*** (K); e ***“foi muito mau, só ver as horas a passar e chegar a noite, ir a uma carrinha comer e depois não ter para onde ir e chegar às 10h 11h da noite chover torrencialmente, frio, chuva, trovoada, vento, tudo ao mesmo tempo e a roupa encharcada no corpo”*** (E).

O participante B considera que ser sem abrigo nos dias de hoje é mais complicado porque ***“há uns anos atrás, três ou quatro anos, era muito mais fácil, tínhamos mais apoios, não eramos perseguidos, agora somos perseguidos”*** (B). A participante D atribui à experiência de rua uma forma de reflexão pessoal e de valorização da vida para quem passa por isto: ***“É uma forma de pensarmos na nossa vida, de sabermos, de darmos valor ao que tínhamos e ajudar aquelas pessoas que podem vir a estar na nossa situação”*** e ***“se calhar foi bom para me ensinar o que realmente a vida é e a dar valor à vida”*** (C). Deste

modo, a situação de sem abrigo é apontada por esta população, em alguns estudos, como a aquisição de um significado mais profundo sobre a vida e a sua valorização (Boydell et al., 2000; Kidd & Davidson, 2007).

Relativamente à identificação com o rótulo, os participantes que se encontram atualmente na rua ou em instituições, todos se identificam como sem abrigo, nomeadamente: *“De momento sim mas tenciono voltar a sair”* (A); ou em instituições, *“Agora estou no abrigo, mas **ainda me considero sem abrigo, é uma situação instável**”* (E). O estudo de Wassermna e colaboradores (2012) revelou que os indivíduos em situação de sem abrigo têm consciência do seu estatuto, o que se denota claro por intermédio de algumas expressões dos entrevistados: *“Se sou tenho que me identificar como tal, não escondo”* (G); *“Claro, sempre, se sou sem abrigo, tenho que me identificar mas sou um sem abrigo diferente dos outros”* (B) e *“Sim, se eu tenho o carimbo de sem abrigo, tenho que me identificar como sem abrigo mas sou um sem droga, sem álcool, sem metadona, sou um sem abrigo à espera de uma oportunidade”* (C).

No que diz respeito aos que não se encontram actualmente nesta situação, no passado esta identificação fazia-lhes sentido: *“Identificava-me como sem abrigo sim”* (D), *“Sim, na altura sim, vivi numa situação de sem abrigo”* (F); *“identifico-me como sem abrigo sim”* (H) *“Antes sim, agora já não me considero sem abrigo”* (I); *“Agora que estou num quarto, já não me considero sem abrigo”* (J) e *“Já não sou sem abrigo, eu tenho uma casa, pago aluguer em dia e não fico a dever nada a ninguém”* (K). Pode-se verificar pelas narrativas dos participantes que estes consideram a identificação como incontornável, tal como Parsell (2010) revelou que o rótulo de sem abrigo não é algo interior mas sim uma imposição externa. Eles sabem que são estigmatizados, por isso, internalizam o estigma (Crocker et al., 1998; Corrigan & Wassel, 2008).

Por outro lado, apesar da identificação com o rótulo, estes indivíduos tentam distanciar-se dos pares, tal é defendido por Snow e Anderson (1987), os quais evidenciam que um número significativo de PSS tentavam distanciar-se das outras PSS, pois descreviam-se como “diferentes” dos pares. Ainda, outros estudos também evidenciam a necessidade desta população de se diferenciar dos seus pares, os participantes referiam-se a si próprios como não sendo como os outros sem abrigo (Boydell et al., 2000; Rayburn & Guittar, 2013).

3.3.3 Sentimento de inclusão e ligação com a sociedade

Os dez participantes sentem-se parte da sociedade, porém o que consideram que os liga à mesma toma formas diferentes: as pessoas com quem se relacionam no seu dia a dia (cinco) - *“o que me liga á sociedade? As **pessoas com quem me relaciono** ”* (A), *“Nunca me exclui da sociedade, **apesar da forma que vivo, gosto de ir ao meu café, de conviver, falar com as pessoas, vou fazer as minhas comprinhas como as pessoas que têm dinheiro, eu não fugo da sociedade, eu não tenho medo, mas sei que tenho o rótulo, eu não escondo de ninguém que vivo na capela**”* (B); os amigos (dois) - *“**A minha sociedade são os meus amigos, não me ligo a mais ninguém, enquanto respirar estou a viver ou a vegetar, a sobreviver**”* (K); e a família (dois) - *“**Sinto-me sim porque a minha família não me abandona**”* (I). As narrativas dos indivíduos, mais uma vez, denotam a importância das relações, sejam no âmbito familiar ou seletivo, como base essencial da pertença social (Paugam, 2009). O participante C destaca os seus objetivos como forma de não sucumbir à vida na rua, *“o que me liga à sociedade são os meus objetivos, o que pretendo alcançar”*.

Apenas uma participante afirma que não se sentia parte da sociedade devido à incompreensão e discriminação das pessoas acerca da sua condição *“Não porque eu era vista assim como se fosse uma pessoa que não existisse, não era bem compreendida (...) não se adianta porque as pessoas não entendem o que é ser sem abrigo, não sabem o que é estar à parte como nós estamos.”* (D).

3.3.4 Sentimento de culpabilização por parte da sociedade

Quase todos os participantes (oito) atribuem a culpa a si próprios pela sua situação, nomeadamente: *“**Só se achar que o meu desemprego foi culpa do estado**”* (H); *“Não vou estar a culpar ninguém, muito menos ao governo, **que o governo não tem culpa dos meus atos, da minha responsabilidade e da minha situação. Agora, que podia olhar mais pelos seus cidadãos, podia**”* (C); *“**Não foi o estado que me meteu nessa situação, nós é que nos colocamos nesta situação e achamos que o estado é que tem que resolver**”* (A) e *“Não porque quase ninguém quis saber disso, mas a culpa foi minha e lá está, desenrasco-me, é esta a minha sorte”* (K). As narrativas dos participantes apontam para a consciência destes indivíduos sobre a responsabilidade das suas ações como principais agentes que resultaram na sua condição, pelo que não atribuem a causas externas. Posto isto, Lopes e Mendonça (2009) e Vazquez, Panadero e Zúñiga (2017) também constataram nas narrativas dos seus

participantes, a compreensão das suas vivências como fracasso individual e não como uma questão social.

3.3.5 Atitudes da população face aos sem abrigo percecionadas pelos próprios

Somente dois inquiridos afirmam não sentir diferenças na forma como são tratados, inclusive um justifica-se pelo facto das pessoas não o conseguirem diferenciar, *“as pessoas nem se apercebiam que vivia na rua, sou reservado. Não sentia diferenças não, porque nem tinham como me diferenciar”* (K).

A maioria dos participantes (nove) afirma que sentiu diferenças na forma como era tratado pela sociedade, o que coaduna com outras investigações que alertam que esta população é vítima de discriminações e de isolamento social (Casey et al., 2008; Jesus & Menezes, 2010; McBride, 2012).

No entanto, as opiniões divergem entre aqueles que não aceitam a forma como são tratados devido à sua condição, os que apresentam sentimentos de revolta e indignação (quatro): *“Também há muita gente que é má para os sem abrigo, muita gente. Muita gente vê os sem abrigo e ignora, ignora, cospe, trata mal, é indecente mas não pensam que mais tarde também podem vir parar a uma situação de sem abrigo, é o que penso”* (E) e *“Senti desdém. Que nojo, esta sociedade é um nojo, vêem os sem abrigo como falhados, lixo humano porque as pessoas devem ter um bocadinho de receio de se reverem um bocadinho porque a vida dá muitas voltas e podem acabar na situação deles”* (F). Também se verificam sentimentos de indiferença e desvalorização (três): *“Há pessoas que são mesmo burras, vê um gajo meio sujo e com roupa velha, pronto e já perde o valor para estas pessoas e não passam cartão e em vez de falarem bem e ajudarem, dizem mal e se nos puderem calcar, ainda calcam, essas pessoas não interessam”* (I); *“Mal, havia críticas e havia distâncias, as portas algumas fechavam-se, nem todas mas algumas fechavam. E aquele receio de sermos mal aceites, a gente querer pôr o pé dentro de algum sitio e sentir o medo que alguém nos viesse dizer “põe te fora daqui. Era desprezada, era isso mesmo”* (D) e *“É indiferença, total indiferença, nós não existimos, somos mais uma pessoa que está ali, costume dizer aos meus cães que têm mais sorte que eu”* (B). Pelas descrições dos entrevistados, torna-se evidente que sentem reações de pena, repulsa e desprezo por parte das restantes pessoas, o mesmo é referido por outros estudos (Casey et al., 2008; Mast, 2008).

Contrariamente, três participantes reconhecem que são discriminados mas explicam que as PSS devido a determinadas atitudes e comportamentos colocam a sociedade contra eles próprios: *“Há pessoas que em geral não gostam de sem abrigos porque não gostam deles e depois há situações que somos nós próprios que mostramos à sociedade que somos aquilo. Não vamos pôr a culpa à sociedade pela forma como somos tratados, se queres ser tratado bem, chegas a um local e trata bem quem lá está, tens que saber estar nos sítios, a fila para comer no albergue não é a mesma coisa que estar numa fila para a segurança social ou para o médico, vais ter que esperar, não é chegares e falar mal”* (C) e ainda *“Há certas maneiras de discriminar mas depois também é a forma de estar dos sem abrigo, é a forma de estar, de vestir, se estás sujo, cabelos todos marados, ou seja, não é só a sociedade que tem aqueles cidadãos que criticam sem mais nem menos mas há situações que nós próprios que colocamos a sociedade contra nós pela forma de estarmos nos locais onde nos encontramos”* (G).

3.3.6 Atendimento nos locais públicos

Todos os participantes alegam não sentir diferenças quando frequentam estabelecimentos públicos. É de salientar que cinco entrevistados indicam que não sentiam discriminação porque mantinham-se apresentáveis a nível da hygiene: *“Eramos bem tratados porque mantínhamos a nossa higiene”* (D); *“Sim, normal, como outra pessoa, porque se não souberem, ninguém diz que sou sem abrigo, trato de mim”* (C); *“Ora bem, eu tentei-me refugiar em estar sempre limpinho, bem tratado. Eu tentava sempre este refúgio para não terem o que reclamar comigo e foi assim que consegui andar para a frente”* (H); *“Temos o RSI, pode-se andar limpo e tratarmos de nós, muitos não andam porque não querem. É assim, se tivermos vontade de fazer as coisas, a gente faz e assim ninguém pode reclamar connosco”* (J) e *“Eu não, eu gosto de ter o meu canto e as minhas coisas. Por isso, são raras as vezes que vou a sítios públicos e se vou, se tou mais apresentável, corre bem”* (B).

É notório a importância que os indivíduos atribuem à sua apresentação quando frequentam locais públicos, como forma de evitar a vitimização oposta pela discriminação. Estes resultados parecem estar de acordo com Rayburn e Guittar (2013), os quais explicam que o estigma causa as pessoas em situação de sem abrigo a mudar a forma como se apresentam à sociedade de forma a reduzir ou evitar o estigma. Neste sentido, também Goffman (1963) descreve duas formas de manutenção do estigma: tentam minimizar o

impacto do estigma ou ocultam informações para evitar a descriminalização devido à sua condição.

3.3.7 Resolução da problemática e soluções propostas pelos mesmos

Todos os participantes são da opinião que a sociedade e o governo não se preocupam com esta problemática, muito menos procuram soluções para a mesma. Um dos participantes encara o fenómeno dos sem abrigo como um negócio, ***“isto é um negócio porque se acabar os sem abrigo, acaba-se as instituições e os doutores ficam sem trabalho. Isto nunca pode acabar, as pessoas que precisam de ajuda vão sempre existir. Os sem abrigo são uteis para as instituições”*** (B).

Alguns participantes (cinco), apesar de reconhecerem que o governo não faz totalmente a sua parte, também culpam os próprios indivíduos que não se preocupam com a sua condição, sendo que as PSS é que devem dar o primeiro passo e mostrarem desejo por serem ajudados, particularmente: ***“A culpa também é dos sem abrigo porque muita parte deles não aceitam, não querem ser ajudados e era preciso mudar isso”*** (D); ***“Temos que fazer por nós próprios, também temos que arranhar um bocadinho, não querem nada porque já não têm objetivos”*** (C) e ***“O sem abrigo precisa de ser ajudado mas também tem que se deixar ser ajudado, isto é muito importante”*** (H). Os participantes nos seus discursos revelam a importância da vontade desta população pelo desejo de mudar a sua situação. Deste modo, o estudo de Jesus e Menezes (2010) elucida que os participantes indicam que sair da situação de sem abrigo depende da motivação dos mesmos para o fazer.

A necessidade de mais alojamento para esta população é referida por três participantes, os quais sugerem a mesma solução, a transformação das inúmeras casas abandonadas no grande Porto em estabelecimentos de abrigo para estas pessoas: ***“O que não falta são edifícios abandonados, podia-se fazer pensões, o dinheiro saia do estado e entrava no estado, gerava-se trabalho para as pessoas e não eramos um peso para a sociedade porque somos”*** (B) e ***“Aqui no Porto, há muita casa abandonada, muita muita casa, porque é que ele não pensa em vez de ir tudo para o turismo, reservar alguma casa abandonadas para os sem abrigo?”*** (E).

Por fim, dois participantes realçam a questão da saúde mental nos sem abrigo e como a primeira prática de intervenção com estas pessoas deve ser a nível psicológico, ***“Há muitos que precisam de ajuda sim, há aí muita pessoa doente da cabeça que é sem abrigo”***

porque não têm mentalidade para resolver os seus casos ... a maior parte, maior parte tem problemas mentais e o tratamento, é a melhor ajuda que podem dar” (G). Na literatura, existem inúmeros estudos que apontam para a prevalência de uma maior percentagem de perturbações relativas ao abuso de substâncias, doenças físicas e mentais mais graves nas pessoas em situação de sem abrigo, como por exemplo: estudos de Bento e Barreto (2002) e Pereira (2009).

3.3.8 Perspetivas de futuro

De um total de onze entrevistados, cinco participantes têm objetivos e são capazes de enunciar planos para o futuro: *“Conto ter a minha situação mais estável, **arranjar um trabalho**”* (A); *“Espero que com os meus objetivos mais importantes alcançados, **só peço um trabalho digno, só quero um trabalho, quero lutar por aquilo que quero**”* (C); *“Penso estar melhor ainda, com uma vida mais bonita, não estar onde estou, **ter um trabalho e arranjar a minha casa**”* (D) e *“Seguir o percurso de vida da minha filha **mas para isso, arranjar um trabalho**”* (E). De realçar que os planos destes indivíduos de melhorar a sua situação incluem o trabalho como o instrumento condutor para tal. Tal facto é evidenciado noutros estudos que reconhecem o trabalho como o elemento central para sair da situação de rua e para reconstrução de planos futuros (Jesus, 2008; Lucci, Ricci & Pinho, 2017).

Os restantes participantes (seis) não fazem planos para o futuro, inclusive: *“É dias, isto está por dias, é por dias, 2 3 dias, um ano, vou ter esperança em quê? Acreditar em quê?”* (K) e *“Até lá é viver o meu dia a dia, não faço cá planos, ui daqui a uns anos... para quê? Porque se não chego lá e ando é com os planos às costas”* (G). Estes resultados são congruentes com outro estudo de Kidd e Davidson (2007), o qual afigura que estes indivíduos não utilizam o tempo como ponto de referência como forma de não enfrentar o stress adjacente às tomadas de perspetiva sobre o passado e futuro. Ainda, um participante indica os seus animais como uma fonte de motivação *“É respirar, isso não faço planos para o futuro, claro que programo coisas, mas pequenas coisas, coisas do dia a dia, ter os cães ajuda-me porque saber que tenho que tratar deles puxa-me para levantar-me”* (B). Afigura-se como pertinente a importância que os cães assumem na vida deste participante, são fonte de companhia e tratar dos cães é uma forma de motivação no seu quotidiano. Isto está de acordo com alguns estudos que comprovaram que os animais de estimação são fonte de segurança e motivação para sobreviver na rua (Bender et al., 2007; Silva, 2011).

4. Considerações Finais

Do presente estudo, pode-se concluir que os indivíduos em situação de sem abrigo sentem-se parte da sociedade, considerando como elementos de ligação à mesma: as relações informais que mantêm com quem contatam no seu dia a dia, seguida das relações de amizade e posteriormente as relações familiares. Porém, é evidente que a entrada e a continuidade na situação de sem abrigo reconfigura o laço de cidadania, que resulta na diminuição e reconhecimento que este garante (Aldeia, 2014).

A maioria dos participantes refere como principal dever o respeito e a compreensão com os outros. Conclui-se que estes valores são referidos como principais na interação desta população com a sociedade, de forma a manterem a sua dignidade, apesar da sua condição. No que diz respeito aos direitos desta população, a amostra divide-se entre os que sentem que os seus direitos são assegurados e os que dizem que não são respeitados.

Neste sentido, o laço de cidadania destes sujeitos encontra-se diminuído no contato com a família, apresentando-se inexistente em quase todos os participantes, o que também é verificado em vários estudos (Bento & Barreto, 2002; McBride, 2012; Rosa, 2012). No âmbito da relação com os pares, a maioria dos participantes prefere manter-se afastado como mecanismo de *coping* para evitar envolver-se em confusões. Assim, percebe-se que os pares também não constituem uma fonte de suporte.

Em relação ao contato com as instituições, conclui-se que apesar do conhecimento das respostas por parte de todos os participantes, a maioria evita recorrer aos serviços e não se identifica com os albergues devido às regras e ao ambiente.

No que concerne ao trabalho, é evidente a importância que o mesmo assume para estes indivíduos dado que metade dos sujeitos reconhece o trabalho como solução para a sua situação, integrando-se nas suas perspetivas de futuro. O fator idade apresenta-se como um dos maiores entraves atribuídos à falta de oportunidades de trabalho. Dado que o trabalho se constitui assim como um forte elemento de ligação de qualquer pessoa à sociedade, a falta do mesmo coloca estes indivíduos em grande desvantagem pois ficam impossibilitados de satisfazerem as suas necessidades básicas e de conseguirem abandonar a condição de sem abrigo.

Neste sentido, é de realçar que a maioria dos participantes revela consciência crítica sobre a sua condição e opiniões sobre o meio social e político em que estão inseridos (Jesus & Menezes, 2010). Deste modo, todos os participantes sempre apresentaram

melhorias ou sugestões sobre os serviços, nomeadamente: (1) nos serviços de saúde - a necessidade de promoção do autocuidado nesta população; adoção de práticas mais humanistas e empáticas por parte dos profissionais de saúde com esta população; (2) nas instituições direcionadas aos próprios: necessidade de haver mais respeito das PSS pelo espaço, com os pares e técnicos; (3) a nível geral para intervenção neste fenómeno, metade dos participantes coloca a responsabilidade de mudança desta situação nas mãos de cada sem abrigo, segundo os próprios estes têm que ser os primeiros a desejar sair da rua; e a necessidade de mais alojamento, em particular a transformação das inúmeras casas abandonadas no Porto em estabelecimentos de abrigo para estas pessoas.

É de realçar que não atribuem a culpa pela sua situação a questões estruturais e sociais, pelo contrário demonstram um grande sentido de culpabilização interno e reconhecem a importância da motivação dos próprios sem abrigo como essencial para abandonarem esta condição. A maioria dos participantes sente-se estigmatizado pela sociedade, surgindo sentimentos de revolta e incompreensão perante estas atitudes. Porém, a forma como se apresentam, a nível da higiene pessoal, como se comportam e o respeito e educação aquando da interação com a sociedade e a frequência de locais públicos, demonstraram ser fatores que em algum momento, foram mencionados pelos participantes como forma de manterem a sua dignidade e credibilidade perante a sociedade.

No que concerne a limitações do presente estudo são de referir: a nível metodológico – a sofisticação de algumas questões no guião da entrevista devido à complexidade e subjetividade do tema; a amostra demasiado pequena, o que não permite retirar conclusões que sejam generalizadas para o resto da população. Por fim, apresenta-se como sugestão para futura investigação: o estudo da experiência das pessoas em situação de sem abrigo com o Serviço de Segurança social, apesar da mesma ser preconizada muitas das vezes por intermédio dos técnicos sociais das instituições, constitui-se como uma ligação primordial na conceção do exercício da cidadania destes indivíduos.

Referências Bibliográficas

- Aguiar, M. M., & Iriart, J. A. B. (2012). Significados e práticas de saúde e doença entre a população em situação de rua em Salvador, Bahia, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 28, 115-124.
- Aldeia, J. (2011). *A Barraca do Rui. Os laços sociais no fenómeno dos sem-abrigo*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Aldeia, J. (2013). A realocização dos indivíduos sem-abrigo no espaço público. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 27, 61-72.
- Aldeia, J. (2014). De "cidadão" a "sem-abrigo". O laço de cidadania no fenómeno dos sem-abrigo. *Revista De Estudos Interdisciplinares*, 16(2), 229-244.
- Antunes, R. (2012). *O caracol e a sua concha: ensaios sobre a morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Arriagada, I. (2008) *Futuro de las familias y desafíos para las políticas. División de Desarrollo Social*. Santiago, Chile: Cepal.
- Atkinson, R. (2003). Domestication by cappuccino or a revenge on urban space? Control and empowerment in the management of public spaces. *Urban studies*, 40(9), 1829-1843.
- Bauman, Z. (2008). *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Becker, S. (1973). *Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance*. New York and London: Free Press e Collier Macmillan Publishers.
- Belcher, J. R., & DeForge, B. R. (2012). Social stigma and homelessness: The limits of social change. *Journal of Human Behavior in the Social Environment*, 22(8), 929-946.
- Bender, K., Thompson, S. J., McManus, H., Lantry, J., & Flynn, P. M. (2007). Capacity for survival: Exploring strengths of homeless street youth, *Child and Youth Care Forum*, 36(1): 25-42
- Bento, A. & Barreto, E. (2002). *Sem-Amor, Sem-Abrigo*. Lisboa, Clempsi Editores.
- Boydell, K., Goering, P., & Morrell-Bellai, T. (2000). Narratives of identity: Representation of self in people who are homeless. *Qualitative Health Research*, 10(26), 26-38.

- Casey, R., Goudie, R., & Reeve, K. (2008). Homeless women in public spaces: Strategies of resistance. *Housing Studies*, 23(6), 899-916..
- Castel, R. (1990). *Extreme Cases of Marginalisation - From Vulnerability to Disaffiliation*. Paper Presented at the Seminar on Poverty, Marginalisation and Social Exclusion in the Europe of the 1990`s, Italy.
- Cockburn, P. J. (2014). Street Papers, Work and Begging: 'Experimenting' at the Margins of Economic Legitimacy. *Journal of Cultural Economy*, 7(2), 145-160.
- Constituição da República Portuguesa (Artigo 65º), de 10 de abril. *Diário da República n.º 86/1976 – I Série-A*. Lisboa: Assembleia da República
- Corrigan, P. W., & Wassel, A. (2008). Understanding and influencing the stigma of mental illness. *Journal of Psychosocial Nursing and Mental Health Services*, 46(1), 42–48.
- Costa, A. B. (1998). *Exclusões sociais*. Lisboa, Gradiva.
- Costa, A. P. M. (2005). População em situação de rua: contextualização e caracterização. *Textos & Contextos*, 4(1), 1-15.
- Costa, S. L., & Oliveira, B. O. (2015). Entre a rua e o abrigo: reorganização do quotidiano. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 23(2), 347-355.
- Crocker, J., Major, B., & Steele, C. (1998). *Social stigma. Handbook of social psychology* (4th Ed., Vol. 2, pp. 504–533). Boston, MA: McGraw-Hill.
- Decreto-Lei n.º 13/2003, de 21 de maio. *Diário da República n.º 117/2003 – I Série*, 3147-3152. Lisboa: Assembleia da República.
- Di Iorio, J., Rigueiral, G., & Mira, F. (2015) *Representaciones sociales y prácticas con personas en situación de calle en la Ciudad de Buenos Aires*. Memorias de VII Congreso Internacional de Investigación, Facultad de Psicología, UBA, pp. 61-65. Disponible en <http://www.aacademica.org/000-015/588.pdf>
- Di Iorio, J., Seidmann, S., Gueglio, C., & Rigueiral, G. (2016). Intervenciones psicosociales con personas en situación de calle: El cuidado como categoría de análisis. *Psicoperspetivas*, 15(3), 123-134.
- Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-abrigo. (2009). *Prevenção, Intervenção e Acompanhamento, 2009-2015*. Retirado de http://www.segsocial.pt/documents/10152/13334/enipsa_2009_2015
- Estratégia Nacional para Integração de Pessoas Sem-Abrigo. (2018). *Prevenção, Intervenção, acompanhamento. Modelo de Intervenção e Acompanhamento Integrado*. Retirado de:

<http://www.enipssa.pt/documents/10180/11876/Modelo+de+Intervenção+e+Acompanhamento+Integrado/f968d1c1-18c8-475f-9acc-159dc36c3212>

- Federação Europeia de Organizações Nacionais que Trabalham com os Sem-Abrigo (2005). *FEANTSA proposal for Urban Audit 2006. Definition of homelessness for the collection of urban-level data on the number and profile of homeless people in 300 European cities.* Retirado de: <https://circabc.europa.eu/webdav/CircaBC/ESTAT/urbstat/Library/glossary/FEANTSA%20proposal%20for%20Urban%20Audit%202006.pdf>
- Feldman, C. (2006). *Citizens Without Shelter: Homelessness, Democracy, and Political Exclusion.* Ithaca and London: Cornell University Press.
- Goffman, E. (1963). *Stigma: Notes on the management of spoiled identity.* Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.
- Guadalupe, S., (2009). *Intervenção em rede: serviço social, sistémica e redes de suporte social.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Hwang, S. W., Ueng, J. J., Chiu, S., Kiss, A., Tolomiczenko, G., Cowan, L., & Redelmeier, D. A. (2010). Universal health insurance and health care access for homeless persons. *American journal of public health, 100*(8), 1454-1461.
- Jesus, I. (2008) *A Experiência de Sem-Abrigo como promotora de Empoderamento Psicológico.* (Dissertação de Mestrado). Universidade do Porto, Porto.
- Jesus, M. D., & Menezes, I. (2010). A experiência de sem-abrigo como promotora de empoderamento psicológico. *Análise Psicológica, 28*(3), 527-535.
- Karabanow, J., Hughies, J., Ticknor, J., Kidd, S. & Patterson, D. (2010). The Economics of Being Young and Poor: How Homeless Youth Survive in Neo-liberal Times. *Journal of Sociology & Sociology Welfare, 37*(4): 39-63.
- Kidd, S., & Davidson, L. (2007). “You have to adapt because you have no other choice”: The stories of strength and resilience of 208 homeless youth in New York city and Toronto. *Journal of Community Psychology, 35*(2): 219-238.
- Lopes, D., & Mendonça, A. (2009). História e Habitação: cidadania e a questão social da população de rua em Campinas/SP. *Impulso, 19* (48): 41 – 60.
- Lussi, I. A. O., Ricci, T. E., & Pinho, R. J. P. (2017). Percepções sobre trabalho: análise de concepções de pessoas em situação de rua. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, 25*(4): 779-793.

- Lynch, P., & Cole, J. (2003). Homelessness and Human Rights: Regarding and Responding to Homelessness as a Human Rights Violation. *Melbourne Journal of International Law*, 4.
- Mabhala, M. A., Yohannes, A., & Griffith, M. (2017). Social conditions of becoming homelessness: qualitative analysis of life stories of homeless peoples. *International Journal For Equity In Health*, 16(1), 150.
- Magni, A. A. C., & Günther, W. M. R. (2014). Cooperatives of waste pickers as an alternative to social exclusion and its relationship with the homeless population. *Saúde e Sociedade*, 23(1), 146-156.
- Mast, J. (2008). *Discourse and Practice in a World of Strangers*. Paper presented at the American Sociological Association Annual Meeting. Sheraton Boston and the Boston Marriott Copley Place, Boston.
- Mateus, J. D. G. C. (2007). *Territórios quotidianos de sobrevivência de pessoas semabrigo em Lisboa: uma geografia da exclusão*. (Tese de Doutorado). Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Mattos, R. M., & Ferreira, R. F. (2004). Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua. *Psicologia & Sociedade*, 16(2), 47-58.
- McBride, R. (2012). Survival on the Streets: Experiences of the Homeless Populations and Constructive Suggestions for Assistance. *Journal of Multicultural Counseling and Development*, 40: 49-61.
- Meert, H., Stuyck, K., Cabrera, P., Dyb, E., Filipovic, M., Györi, P., & Maas, R. (2006). *The changing profiles of homeless people: conflict, rooflessness and the use of public space*. Feantsea, Brussel.
- Miguel, M., Ornelas, J., & Maroco, J. (2010). Modelo de atitudes face aos sem-abrigo em Portugal. *Análise Psicológica*, 28(3), 437-450.
- Paiva, I. K. S., Lira, C. D. G., Justino, J. M. R., Miranda, M. G. D., & Saraiva, A. K. D. (2016). Homeless people's right to health: reflections on the problems and components. *Ciencia & saude coletiva*, 21(8).
- Parsell, C. (2010). "Homeless is What I Am, Not Who I Am": Insights from an Inner-City Brisbane Study. *Urban Policy and Research*, 28(2): 181-194.
- Paugam, S. (1996) La constitution d'un paradigme. In S. Paugam (Org.), *L'exclusion. L'état des saviors* (pp. 7-19). Paris: La Découverte.

- Paugam, S. (2009). *Le lien social* (2^o Ed.). Paris: La Découverte
- Pereira, C. (2009). *A Resiliência e a Vulnerabilidade ao Stress numa População Sem-Abrigo*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Peressini, T., McDonald, L., & Hulchanski, D. J. (1996). *Estimating homelessness: Towards a methodology for counting the homeless in Canada*. Background Report prepared for Social and Economic Policy and Research Division, Canada Mortgage and Housing Corporation.
- Pimenta, M. (1992). *Os Sem-Abrigo na cidade de Lisboa*. Lisboa: Editores Centro de Estudos para a Intervenção Social.
- Portugal, S. (2006). *Novas famílias, modos antigos – as redes sociais na produção de bemestar*. (Tese de Doutoramento). Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Rayburn, R. L., & Guittar, N. A. (2013). “This is where you are supposed to be”: How homeless individuals cope with stigma. *Sociological Spectrum*, 33, 159-174.
- Rosa A. S., Cavicchioli M. G. S., & Brêtas A. C. P. (2005). O Processo saúde-doença-cuidado e a população em situação de rua. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 13(4): 576-582.
- Rosa, V. (2012). *Laços sociais e capital social nas narrativas das pessoas em situação de sem-abrigo*. (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra.
- Rosa, V., & Guadalupe, S. (2015). A rutura dos laços sociais nas narrativas da pessoa em situação de sem-abrigo. *Intervenção Social*, 42/45, 155-174.
- Sampieri, R. H., Collado, C. H., & Lucio, P. B. (2006). *Metodologia de pesquisa*. São Paulo: McGrawHill.
- Schindeler, E. (2010). How Homelessness Compromises the Exercise of the Rights of Citizenship in Australia. *International Journal Of Interdisciplinary Social Sciences*, 5(2), 525-533.
- Silva, S. (2007). Identidades e narrativas sem-abrigo. *Cadernos Sísifo*, 3, 11-75.
- Silva, S. (2011). *Viver com ou sem-abrigo? Etnografia de lugares vazios*. (Tese de Doutoramento). Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Snow, D. & Anderson, L. (1987). Identity Work Among the Homeless: The Verbal Construction and Avowal of Personal Identities. *The American Journal of Sociology*, 92(6), 1336-1371.

- Sousa, F. M., & de Almeida, S. M. (2001). E se perguntássemos aos Sem-Abrigo?! Satisfação e necessidades percebidas face aos serviços, num abrigo de Lisboa. *Análise Psicológica*, 19(2), 299-312.
- Tajfel, H. (1981). *Human groups and social categories: Studies in social psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Thanem, T. (2011). All talk and no movement? Homeless coping and resistance to urban planning. *Organization*, 19(4), 441-460.
- Tipple, G., & Speak, S., (2005). Definitions of homelessness in developing countries. *Habitat International*, 29, 337-352.
- Tumolo, L. M. S., & Tumolo, P. S. (2004). A vivência do desemprego: um estudo crítico do significado do desemprego no capitalismo. *Trabalho, Educação e Saúde*, 2(2), 327-344.
- Varanda, W., & Adorno, R. D. C. F. (2004). Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. *Saúde e sociedade*, 13, 56-69.
- Vázquez, J. J., Panadero, S., & Zúñiga, C. (2017). Attributions about homelessness in homeless and domiciled people in Madrid, Spain: “Why are they homeless people?”. *Global Alliance for Behavioral Health and Social Justice*, 88(2), 236-247
- Vieira, M. A. C., Bezerra, E. M. R., & Rosa, C. M. M. (2004) *População de rua: quem é, como vive, como é vista*. São Paulo: Hucitec.
- Wassermna, J. A., & Clair, J. M. (2010). At home on the street: People, poverty, and a hidden culture of homelessness. *Social Forces*, 89(3), 1088-1091.
- Wassermna, J. A., Clair, J. M., & Platt, C. (2012). The “Homeless Problem” and the Double Consciousness *Sociological Inquiry*, 82(3), 331–355.

Anexos

Anexos 1. Caracterização sócio-demográfica dos participantes

	Sexo	Idade	Habilitações	Naturalidade	Situação Atual	Tempo de rua	Saída da rua
A	M	39	11 ano	Porto	Casa abandonada	4 anos	
B	M	41	5 ano	Porto	Capela abandonada	7 anos	
C	M	47	9 ano	Porto	Albergue	13 anos	
D	F	52	9 ano	Minho	Quarto	1 ano	Há 2 anos
E	M	54	12 ano	Porto	Abrigo	6 meses	
F	F	55	12 ano	Porto	Quarto	1 ano	Há 10 anos
G	M	57	6 ano	Porto	Rua	10 anos	
H	M	66	4 classe	Vila Real	Quarto	7 anos	Há 6 anos
I	M	60	4 classe	Paredes	Casa de família	12 anos	Há 3 meses
J	M	67	4 classe	Gaia	Quarto	1 ano	Há 2 anos
K	M	61	4 classe	Gaia	Quarto	1 ano	Há 6 anos

Anexo 2. Guião da entrevista

Introdução

(Breve apresentação do objetivo da entrevista e esclarecimento de algumas dúvidas)

Dados do participante:

Sexo:

Idade:

Escolaridade:

Data:

Local da entrevista:

Questões:

Pode falar-me sobre a sua situação atual em relação a alojamento?

1. Há quanto tempo se encontra nesta situação?
2. Quanto tempo esteve na rua? E quando foi?
3. Recebe algum tipo de apoio económico? Se sim, quais?
4. O que é que fazia e como era a sua vida antes de se encontrar na atual situação?
5. Para si, o que é viver em situação de sem abrigo? Identifica-se como tal?
6. Para si, quais foram as principais causas que contribuíram para ficar na rua?
7. A sociedade, (se não perceberem, dizer talvez, o estado ou o governo...) acha que contribuiu de alguma forma para a situação em que está agora?
8. Qual é a principal diferença que sente em relação a si próprio, como pessoa, desde que vive na rua?
9. Como é tratado agora pelas pessoas em geral? Como se sente? Sente diferenças em relação ao passado?
10. Pode falar-me sobre a relação que tem com a sua família?
 - 10.1. A sua família é/era constituída por quem? Quem eram as pessoas da sua família?
 - 10.2. Conta com o apoio da sua família de origem? Está com eles? Ajudam-no?
 - 10.3. E fora da sua família de origem, tem pessoas que considera suas amigas?
 - 10.4. Fora da sua família e amigos, conta com o apoio de mais alguém?
 - 10.5. Tem pessoas que encontra todos os dias e com quem fala? Se sim, quem?
 - 10.6. Tem pessoas que o ajudam de vez em quando? Se sim, em quê?
11. O que faz para tentar sustentar-se?

- 11.1. Como se sente ao fazer estes trabalhos ?
- 11.2. Como acha que que as pessoas encaram estes trabalhos ?
- 11.3. No que gostava de trabalhar?/ Gostava de trabalhar em quê?
- 11.4. Procura trabalho muitas vezes? Como?
- 11.5. Considera que tem oportunidades de trabalho?
- 11.6. Em relação ao trabalho, o que acha que precisa de mudar em si para conseguir um trabalho? / Acha que arranjar um trabalho lhe resolveria a sua vida?
12. Que conhecimentos tem sobre as respostas que existem para pessoas na sua situação? (perguntar de forma diferente talvez)
13. Conhece alguns serviços oferecidos pelo Governo e pelas Associações para pessoas como o/a senhor/a?
14. Agora vamos falar sobre a sua saúde.
 - 14.1. O que significa ter saúde para si?
 - 14.2. Quando tem um problema de saúde, o que faz? A quem recorre, onde vai? Como se passam as coisas?
 - 14.3. Já alguma vez foi ao Hospital ou aos serviços de saúde desde que vive na rua?
 - 14.4. Como é que é tratado pelas pessoas lá?
 - 14.5. Considera que os seus direitos à saúde são respeitados nesses sítios?
 - 14.6. Acha que é preciso mudar alguma coisa nos serviços para as pessoas como o/a senhor/a?
15. Agora vamos falar da Polícia.
 - 15.1. Os polícias costumam falar consigo?
 - 15.2. Como é que é tratado por eles?
 - 15.3. Qual a sua atitude perante os policiais?
 - 15.4. Sente-se protegido pela polícia?
 - 15.5. Já alguma vez se sentiu em perigo na rua ou noutra sítio? Recorreu à polícia? Como se passaram as coisas?
 - 15.6. Pode-me dar um exemplo de alguma vez em que tenha recorrido à polícia?
 - 15.7. Como é que foi tratado? Consoante a resposta, porque acha que foi tratado desta forma?
 - 15.8. Como acha que a segurança de pessoas na sua condição pode ser melhorada? / Sobre a vossa segurança, o que acha que é preciso mudar?
16. Já esteve em algum albergue ou casa para pessoas na sua condição? Qual?
 - 16.1. Se sim, como foi tratado nessa casa/albergue?
 - 16.2. O que fazia lá?

- 16.3. Gostava de lá estar?
- 16.4. Sabe a quais associações pode recorrer se precisar de alguma coisa?
- 16.5. Que melhorias acha necessárias fazer às instituições?
17. Em relação a viver na rua.
 - 17.1. Diria que a rua é a sua casa?
 - 17.2. Tem um sítio fixo onde dorme e passa a maior parte do tempo?
 - 17.3. Como se sente nesse sítio?
 - 17.4. Quais são as zonas do Porto onde costuma andar?
 - 17.5. Alguns sítios em especial? Porquê?
 - 17.6. Como se sente nestes locais?
 - 17.7. O que faz durante o dia?
18. Para si, o que significa ser cidadão?
 - 18.1. Sente-se parte desta sociedade? Se não, porquê? Se sim, o que o liga à sociedade?
 - 18.2. Na sua opinião, os sem abrigo têm um papel (função; são precisos) na sociedade? Qual?
 - 18.3. Como acha que as pessoas em geral o vêem? Concorda?
 - 18.4. Em geral, como é que é tratado pelas pessoas? Como é que isso o faz sentir?
 - 18.5. Por vezes, sente-se ameaçado? Em que situações e por quem?
 - 18.6. Sente que as pessoas o vêem como uma ameaça?
 - 18.7. Acha que os seus direitos enquanto cidadão estão assegurados? Quais?
 - 18.8. Sente que tem deveres para com a sociedade? Quais?
 - 18.9. Consegue-me descrever uma ou mais situações em que se sentiu muito mal como pessoa como cidadão? E em que se sentiu muito bem como pessoa?
19. Acha que a sociedade em geral se preocupa com as pessoas na sua condição? Que tentam encontrar soluções para as pessoas em situação de sem abrigo? E o Estado e o governo?
20. Acha que as pessoas na sua condição precisam de ajuda? Qual é que pensa ser a melhor ajuda que vos podiam dar?
21. O que tem aprendido com a sua experiência na rua?
22. Onde se imagina daqui a uns anos? Imagina-se a fazer o quê daqui a uns anos?

Anexo 3. Consentimento Informado

Consentimento Informado para Participação em Investigação

Por favor, leia com atenção as informações que se seguem. Caso ache que algo está incoerente ou errado, não hesite em pedir mais informações.

No âmbito de uma investigação para a realização da Dissertação de Mestrado em Psicologia do Comportamento Desviante e da Justiça com o tema “Pelos suas vozes: o processo de desumanização daqueles que (sobre)vivem na rua”, orientada pelo Professor Doutor Miguel Cameira, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, pede-se a sua participação nesta investigação.

Garantimos que os dados recolhidos são anónimos e confidenciais e serão utilizados apenas para efeitos desta investigação.

Declaro ter lido e compreendido este documento. Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências. Desta forma, aceito participar neste estudo, de forma voluntária, e permito a utilização dos dados, uma vez que a investigadora garante confidencialidade, anonimato e que as minhas respostas apenas serão utilizados para esta investigação. Também, autorizo a gravação em suporte áudio dos dados para futuro processamento pelo/a investigador/a abaixo indicado/a. Pelo que, se concordar com a proposta que lhe foi feita, assine abaixo, por favor.

Nome:

Assinatura:

Data: / /

A investigadora,

(Daniela Medeiros Ferreira)

Anexo 4. Sistema de categorias resultante da análise de dados

1. Ser sem abrigo	Causas responsáveis pela situação de rua			
	Diferenças no autoconceito pós rua			
	Aprendizagens consequentes da condição de sem abrigo			
2. Cidadania	Significado atribuído á cidadania	Direitos		
		Deveres		
	Redes de suporte	Relacionamento e apoio familiar		Conhecimento e experiência institucional
		Apoio dos pares		
		Apoio Institucional		Melhorias percebidas pelos sem abrigo
	Sistema de saúde	Perceções relativas aos profissionais de saúde		
		Direitos à saúde		
		Melhorias percebidas pelos sem abrigo dos SS		
	Forças Policiais	Atitudes na interacção com as forças policiais		
		Mudanças na protecção dos sem abrigo		
	Trabalho	Procura ativa de trabalho		
		Perceção de oportunidades de trabalho e importância atribuída ao mesmo		
		Opinião sobre os trabalhos informais		
3. Sociedade	Papel dos sem abrigo na sociedade			
	Significado atribuído à condição de sem abrigo e identificação com o rótulo			
	Sentimento de inclusão e ligação com a sociedade			
	Sentimento de culpabilização por parte da sociedade			
	Atitudes da população face aos sem abrigo percebidas pelos próprios			
	Atendimento nos locais públicos			
	Resolução da problemática e resoluções propostas pelos mesmos			
	Perspetivas de futuro			